

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVII - N.º 10 / 2016

31 de maio de 2016



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 31 de maio de 2016

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

	Página
CÂMARA MUNICIPAL	
10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 18 de maio de 2016	
Atas das reuniões de Câmara	7
4.ª Alteração Orçamental de 2016, 5.ª Modificação Orçamental	7
Plano de Ação Social e Transportes Escolares para o Ano Letivo de 2016/2017	8
Atribuição do Subsídio de “Auxílios Económicos” - 2016/2017	8
Atribuição de Apoio em Transportes Escolares para o Ano Letivo 2016/2017	8
Cedência de Espaços Escolares da Escola Básica Maria Máxima Vaz à Junta de Freguesia de Odivelas	9
Minuta de Acordo de Colaboração e Cooperação, tripartido, a celebrar entre o Município de Odivelas, a Junta de Freguesia de Odivelas e o Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette	9
Realização do Projeto “Férias de Verão 2016”	11
Minuta de Acordo de Colaboração e Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Junta de Freguesia de Odivelas	14
Prorrogação da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul (ARU-VS) e respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana	16
Aquisição dos Veículos por Ocupação e Alienação por Desmantelamento Qualificado como Destino Final dos Mesmos	16
Cedência de transporte municipal à Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas	17
Cedência de transporte municipal à Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa	17
Aceitação de donativos em espécie (alimentos e produtos para animais)	17
Pagamento por dação, do lote 3 do Bairro dos Carrascais, União das Freguesias de Ramada e Caneças	17
Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2002, para os lotes 39 e 43, inseridos no Bairro Mimosa, na Freguesia de Odivelas	17
UNIDADES ORGÂNICAS	
AVISOS	19
EDITAL	26
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	27



	Página
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
7.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 19 de maio de 2016	
Recomendação - “Férias de Verão”	33
Recomendação - “Por um Ensino de Qualidade, Sempre”	33
Recomendação - “Pela Garantia da Qualidade do Atendimento de Saúde a Mais de 32.200 Utentes da Cidade de Odivelas”	33
Recomendação - “Pela Celebração do Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia e Transfobia”	34
Recomendação - “Por um Espaço Público Livre do Carcinogénico “Glifosato”	35
Moção - “Por um Novo Renascimento Europeu”	36
Moção - “Pelo Investimento Sim, mas na Escola Pública”	37
Moção - “Pelo Encerramento da Central Nuclear de Almaraz”	38
Voto de Pesar - “Pelo Falecimento de Paulo Varela Gomes”	39
Voto de Pesar - “Pelo Falecimento de Rui D’Espiney”	40
Voto de Saudação - “Aos Trabalhadores do Porto de Lisboa”	40
Retirada de Pontos da Ordem do Dia da Presente Sessão	41
ANEXO	
Plano de Ação Social e Transportes Escolares	43



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 18 de maio de 2016

DELIBERAÇÕES

ATAS

ATA DA 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 18 de abril de 2012.

(Aprovado por maioria)

ATA DA 5.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 5.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 9 de março de 2016.

(Aprovado por maioria)

ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

5.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL 4.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2016

4.ª Alteração Orçamental de 2016, 5.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2016/4704, de 2016.05.11 e que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na referida informação:

“A 4.ª Alteração Orçamental de 2016 reproduz a necessidade de ajustamentos (reforços e anulações) de algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento.

De entre os vários movimentos de reforço, destaque para:

-No Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial

O valor de 225.000,00 € (duzentos e vinte e cinco mil euros), no projeto “Aquisição de Terrenos”;

-No Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes

O valor de 93.000,00 € (noventa e três mil euros), no projeto “Promoção da Eficiência Energética na Iluminação Pública – Substituição de Iluminação por LED’s;

No projeto referente a “O. Participativo 2016: Beneficiação de Pavilhão Casal do Privilégio”, o reforço de 99.000,00 € (noventa e nove mil euros);

Uma verba de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), relativo ao projeto “Construção, Reparação, e Beneficiação de Equipamentos Escolares – Intervenções Diversas”;

70.000,00 € (setenta mil euros), no projeto “Execução e Reparação de Passeios, Valetas e Estacionamento”.

-No Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente:

No projeto “Componente de Apoio à Família”, o valor de 147.600,00 € (cento e quarenta e sete mil euros);

120.000,00 € (cento e vinte mil euros), para o projeto “Eventos – Centro Cultural Malaposta”.

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 935.650,00 € (novecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta euros), verificando-se um aumento das despesas correntes no valor de 49.670,00 € (quarenta e nove mil, seiscentos e setenta euros), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

Quadro Síntese

	Inscrições/ Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	214.150,00	164.480,00
Total de Despesas Capital	721.500,00	771.170,00
Total Geral	935.650,00	935.650,00

(un: euros)”

(Aprovado por maioria)



AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES

PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES ANO LETIVO DE 2016/2017

Plano de Ação Social e Transportes Escolares para o ano letivo de 2016/2017, que estabelece e enquadra os critérios e as condições de acesso e de atribuição dos apoios sociais, a implementar pela Câmara Municipal, nessa matéria, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/4497, de 2016.05.05, e anexos (Plano de Ação Social e Transportes Escolares e respetivos formulários). O Plano, acima referido, teve as seguintes alterações propostas no decorrer da discussão deste ponto na presente reunião de Câmara, constantes da minuta da ata desta reunião:

“Na página 11, retirar o ponto 3, renumerando o ponto seguinte;

Na página 26, IV, n.º 1 é acrescentada a alínea c) com a seguinte redação: “As participações referidas nas alíneas anteriores abrangem os alunos que durante o ano letivo completem 18 (dezoito) anos.”

(documento publicado em anexo, com as alterações aprovadas já incluídas)

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS E DE TECNOLOGIAS DE APOIO - 2016/2017

SUBSÍDIOS DE “AUXÍLIOS ECONÓMICO” E DE “TECNOLOGIAS DE APOIO” – ANO LETIVO 2016/2017

Atribuição do Subsídio de “Auxílios Económicos”, nos termos do Plano de Ação Social e Transportes Escolares – 2016/2017, destinado aos alunos carenciados (dos 1.º e 2.º escalões do abono de família - escalões A e B) das escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Odivelas, para aquisição de material escolar. Este subsídio destina-se também aos alunos das escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Odivelas com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e com Programa Educativo Individual (PEI), cuja necessidade educativa especial permita a utilização da generalidade dos materiais considerados para efeitos da participação na aquisição de material escolar. O valor global estimado para a atribuição do subsídio de Auxílios Económicos, para o ano letivo 2016/2017, é de 26.975,00€ (tendo por base o número estimado de alunos

carenciados, que é 2.550: 1600 do escalão A e 950 do escalão B. O valor deste subsídio é definido anualmente por Despacho do Ministério da Educação, de acordo com o escalão de apoio: escalão A 13,00€ e escalão B 6,50€, valores fixados pelo Despacho em vigor referente ao ano letivo de 2015/2016). De acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/4420, de 2016.05.03;

Atribuição do Subsídio de “Tecnologias de Apoio”, nos termos do Plano de Ação Social e Transportes Escolares – 2016/2017, destinado aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e com Programa Educativo Individual (PEI), das escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Odivelas, que frequentem modalidades específicas de educação e cujas necessidades educativas especiais impliquem a utilização de materiais específicos facilitadores das aprendizagens positivas. Este subsídio serve para a aquisição de dispositivos facilitadores da funcionalidade e redutores da incapacidade destes alunos, sendo considerados os recursos pedagógicos de apoio complementar, devidamente identificados e justificados no PEI do aluno, definido pela Equipa/Núcleo de Educação Especial. O valor global estimado para a atribuição do subsídio de Tecnologias de Apoio, para o ano letivo 2016/2017, é de 4.469,40€ (tendo por base o número estimado de alunos com NEE e PEI, que é 90, sendo que o valor individual deste subsídio é de 49,66€, montante resultante do custo médio despendido com a aquisição de manuais escolares e outros recursos pedagógicos, bem como com material escolar, por aluno/ano). De acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/4420, de 2016.05.03.

(Aprovado por unanimidade)

APOIO EM TRANSPORTES ESCOLARES 2016/2017

ATRIBUIÇÃO DE APOIO EM TRANSPORTES ESCOLARES ANO LETIVO 2016/2017

Atribuição de apoio em transportes escolares para o ano letivo 2016/2017, destinado a alunos residentes no Concelho e que frequentam estabelecimentos de ensino dentro e fora da área geográfica do Município de Odivelas, nos termos constantes nas Normas de Transportes Escolares da Câmara Municipal de Odivelas (parte integrante do Plano de Ação Social e Transporte Escolares – 2016/2017), com a seguinte estimativa de despesa, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2015/4561, de 2016.05.06:



Alunos que frequentam estabelecimentos de ensino dentro do Concelho de Odivelas

Estima-se que o número de alunos que residem e frequentam estabelecimentos de ensino dentro do Concelho, a apoiar no ano letivo 2016/2017, ronde os 1000. A despesa total relativa à aquisição de fornecimento de senhas de passe a empresa de transportes públicos, para este ano letivo, está estimada em €285.000,00 (repartida da seguinte forma: 1.º Período - €90.000,00; 2.º e 3.º Períodos - €195.000,00);

Alunos que frequentam estabelecimentos de ensino fora do Concelho de Odivelas

No âmbito da transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, destinadas a comparticipar os custos de transporte escolar e com base numa estimativa de 90 alunos, a estimativa de despesa total para o ano letivo 2016/2017 é de €25.552,80 (repartida da seguinte forma: 1.º Período - €10.552,80; 2.º e 3.º Períodos - €15.000,00).

(Aprovado por unanimidade)

CEDÊNCIA DE ESPAÇOS ESCOLARES

CEDÊNCIA DE ESPAÇOS ESCOLARES DA ESCOLA BÁSICA MARIA MÁXIMA VAZ À JUNTA DE FREGUESIA DE ODIVELAS

Cedência de espaços escolares, (espaços de recreio, espaço polivalente, refeitório escolar e instalações sanitárias) da Escola Básica Maria Máxima Vaz, à Junta de Freguesia de Odivelas, que pretende desenvolver, entre 13 de junho e 1 de julho de 2016 a iniciativa “Idas à Praia 2016”, destinada às crianças e jovens da freguesia de Odivelas com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos, de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2016/4552, de 2016-05-06.

(Aprovado por unanimidade)

MINUTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO, TRIPARTIDO, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, A JUNTA DE FREGUESIA DE ODIVELAS E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ADELAIDE CABETTE

Minuta de Acordo de Colaboração e Cooperação, tripartido, a celebrar entre o Município de Odivelas, a Junta de Freguesia de Odivelas e o Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette. O presente acordo tem por objeto estabelecer os termos e condições da utilização de espaços escolares: quatro salas de aula, instalações sanitárias, espaços de recreio e o refeitório escolar, da

Escola Básica Maria Máxima Vaz, para desenvolvimento, por parte da Junta de Freguesia de Odivelas, da iniciativa “Idas à Praia 2016”, de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2016/4552, de 2016-05-06 e nos termos da minuta que se encontra anexa à informação.

“MINUTA - ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

Considerando que:

1. A Junta de Freguesia de Odivelas pretende desenvolver, entre 13 de junho e 1 de julho de 2016, a iniciativa “Idas à Praia 2016”, destinada às crianças e jovens da freguesia de Odivelas com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos;

2. A iniciativa, para além das idas à praia, prevê o almoço e a realização de atividades pedagógicas, lúdicas, desportivas e culturais;

3. Para assegurar a realização das atividades, bem como o fornecimento do almoço a Junta de Freguesia de Odivelas solicita à Câmara Municipal de Odivelas autorização para utilização de espaços escolares (espaços de recreio, espaço polivalente, refeitório escolar e instalações sanitárias) da Escola Básica Maria Máxima Vaz;

4. Os objetivos desta iniciativa visam contribuir para o desenvolvimento integral e para a promoção de competências pessoais e hábitos de vida saudáveis das crianças e jovens da freguesia de Odivelas;

5. A utilização dos espaços escolares solicitados é decisiva para o sucesso da iniciativa em causa;

6 - A Lei de Bases do Sistema Educativo refere que os edifícios escolares devem ter suficiente flexibilidade para permitir, sempre que possível, a sua utilização em diferentes atividades da comunidade e que para além das atividades escolares, a estrutura dos edifícios escolares deve ter em conta o desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres e o envolvimento da escola em atividades extraescolares;

7 - As autarquias têm competências específicas em matéria de educação, nomeadamente na construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e das escolas do ensino básico da rede pública, conferidas pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho;

Entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara



Municipal de Odivelas, Hugo Manuel dos Santos Martins,
adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE

JUNTA DE FREGUESIA DE ODIVELAS, com sede na Alameda do Poder Local, 4, Odivelas, Pessoa Coletiva n.º 506605752, neste ato representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, Nuno Filipe André Gaudêncio, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE

E

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ADELAIDE CABETTE, com sede na Escola Secundária de Odivelas, Avenida Professor Doutor Augusto Abreu Lopes, 2675-300 Odivelas, Pessoa Coletiva n.º 600 080 072, neste ato representado pelo Senhor Diretor do Agrupamento, Rui Manuel Marques Almeida, adiante designado por TERCEIRO OUTORGANTE

É de livre vontade e de boa-fé celebrado o presente Acordo de Colaboração e Cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

Cláusula Primeira (Objeto)

1. O presente acordo tem por objeto estabelecer os termos e condições da utilização de espaços escolares: quatro salas de aula, instalações sanitárias, espaços de recreio e o refeitório escolar da Escola Básica Maria Máxima Vaz, à Junta de Freguesia de Odivelas para desenvolvimento da iniciativa “Idas à Praia 2016”.

Cláusula Segunda (Período e horário de utilização)

1. A utilização dos espaços, mencionados na cláusula anterior ocorrerá no período compreendido entre o dia 13 de junho e 1 de julho de 2016 distribuindo-se por três períodos temporais, a saber: 1.º período - 13 a 17 de junho, 2.º período - 20 a 24 de junho e 3.º período - 27 de junho a 1 de julho.

2. O Segundo Outorgante propõe-se utilizar os espaços escolares no período em referência, no horário compreendido entre as 08h00 e as 18h30.

Cláusula Terceira (Responsabilidades do Primeiro Outorgante)

1. Autorizar, mediante articulação com o Terceiro Outorgante, a utilização pelo Segundo Outorgante, dos espaços escolares mencionados na cláusula primeira, para a realização da iniciativa “Idas à Praia 2016”.

2. Assumir os encargos decorrentes dos consumos de água, gás e eletricidade, no período de utilização dos espaços escolares, no âmbito da iniciativa “Idas à praia 2016”.

Cláusula Quarta (Responsabilidades do Segundo Outorgante)

1. O Segundo Outorgante compromete-se a utilizar os espaços escolares da EB Maria Máxima Vaz, mencionados na cláusula primeira, no período e horário indicado na cláusula segunda.

2. Articular com o Terceiro Outorgante as condições de acesso e permanência na EB Maria Máxima Vaz, garantindo o regular funcionamento das atividades a realizar no âmbito da iniciativa “Idas à Praia 2016”, no respeito pelo Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette.

3. Definir com o Terceiro Outorgante, a forma de assegurar as condições de higiene e segurança necessárias, para que os espaços utilizados, se mantenham em condições para o normal funcionamento no dia seguinte.

4. O Segundo Outorgante, compromete-se a contratualizar um seguro de acidentes pessoais, que cubra a totalidade das pessoas envolvidas nas atividades a realizar na EB Maria Máxima Vaz, no âmbito da iniciativa “Idas à praia 2016”, assim como um seguro de responsabilidade civil, que cubra eventuais furtos, danos e prejuízos que possam ocorrer nos espaços, equipamentos e materiais do estabelecimento de ensino.

5. O Segundo Outorgante, responsabiliza-se perante o Primeiro Outorgante, por eventuais furtos e danos ocorridos nos espaços, equipamentos e materiais, bem como por eventuais avarias em equipamentos utilizados no âmbito da iniciativa “Idas à Praia 2016”.

Cláusula Quinta (Responsabilidades do Terceiro Outorgante)

1. Acordar com o Primeiro Outorgante, as condições em que o Segundo Outorgante utiliza os espaços escolares da EB Maria Máxima Vaz, nos termos estabelecidos nas cláusulas primeira e segunda, para a realização da iniciativa “Idas à Praia 2016”.

2. Verificar, durante o período de utilização, se as instalações são utilizadas pelo Segundo Outorgante de acordo com o fim proposto.

3. O Terceiro Outorgante, responsabiliza-se em conjunto com o Primeiro e Segundo Outorgantes, a inventariar, o estado e condições dos espaços, equipamentos e materiais, previamente à sua utilização pelo Segundo Outorgante.

4. Proceder à monitorização diária, do objeto do presente acordo, para se atestar se resultam danos, avarias ou prejuízos, decorrentes da sua utilização. Caso se verifique alguma situação que represente prejuízo para o primeiro Outorgante, deverá ser reportada ao Segundo Outorgante, com conhecimento ao Primeiro Outorgante.



Cláusula Sexta
(Vigência)

1. O presente acordo entra em vigor no dia treze de junho de 2016, mantendo-se a sua vigência até ao dia um de julho de 2016, data do término da iniciativa “Idas à Praia 2016”.

Cláusula Sétima
(Disposições Finais)

1. A Câmara Municipal de Odivelas, declina todas e quaisquer responsabilidades, que possam advir da utilização dos espaços escolares, mencionados na cláusula primeira, no âmbito da iniciativa “Idas à Praia 2016”.

2. Nos demais termos, este acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo as partes respeitar a regulamentação específica aplicável, emitida pelas entidades nacionais competentes em matéria de Educação.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em três exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, _____ de _____ de 2016

Pelo Primeiro Outorgante,

(Hugo Manuel dos Santos Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

(Nuno Filipe André Gaudêncio)

Pelo Terceiro Outorgante,

(Rui Manuel Marques Almeida)”

(Aprovado por unanimidade)

FÉRIAS DE VERÃO 2016

REALIZAÇÃO DO PROJETO FÉRIAS DE VERÃO 2016

Realização do projeto “Férias de Verão 2016”, destinado a criança e jovens residentes no Concelho e/ou filhos de funcionários da Câmara Municipal de Odivelas, assim como, a crianças carenciadas de instituições de caráter

social, com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos de idade. A iniciativa realizar-se-á durante sete semanas, de 27 de junho a 12 de agosto, tendo por base o desenvolvimento de atividades culturais e desportivas. O presente projeto procura a ocupação de tempos livres, desempenhando uma importante função social e formativa, de 525 jovens, 75 por semana, distribuídos por 4 grupos etários. O preço da inscrição é de €40,00 (quarenta euros) por participante, havendo descontos para os possuidores dos cartões municipais e a isenção para os inscritos carenciados, de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2016/4328, de 2016-05-02.

«(...) Os principais objetivos a alcançar com o desenvolvimento do projeto são os seguintes:

- Promover o desenvolvimento das crianças e jovens através da vivência de atividades lúdicas e criativas que estimulem a autonomia, o sentido de grupo, a solidariedade, o respeito pelos valores da Ética e Fair Play, assim como, a valorização da natureza e a responsabilidade;

- Proporcionar a prática cultural e desportiva de forma orientada, contribuindo para a ocupação de tempos livres das crianças e jovens, em período de férias escolares;

- Rentabilizar as instalações desportivas e espaços existentes no Concelho;

- Proporcionar diferentes ambientes físicos para dinamização de atividades culturais e desportivas, aproveitando infraestruturas existentes nos Concelhos limítrofes.

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de março (regime jurídico de acesso e exercício da atividade de organização de campos de férias), e respetivas Portarias, propomos:

1 - Enquadrar os participantes das Férias de Verão em 4 grupos, de acordo com o artigo 16.º do referido Decreto-Lei, conforme quadro 1.

Grupos	Idades	Participantes	Técnicos/animadores
1	6, 7, e 8 anos	18	3
2	9, 10 e 11 anos	25	4
3	12 e 13 anos	22	3
4	14 e 15 anos	10	2
Coordenador		-	1
Total/Semana		75	13

Quadro 1 – Distribuição de grupos e monitores

2 – Para a superintendência técnica, pedagógica e administrativa das atividades de campo, 1 coordenador,



com as responsabilidades e deveres constantes de acordo com artigo 15.º, do supra citado Decreto-Lei n.º 32/2011.

3 – Acionar como procedimento a reestruturação dos grupos consoante o número de participantes inscritos para cada escalão etário, adaptando a situação às vagas existentes, reservando-se um mínimo de 35 % de vagas, para filhos de funcionários, assim como, a presença de 5 crianças carenciadas por semana.

4 – Disponibilizar aos participantes uma alimentação rica, saudável e diversificada, em qualidade e quantidade, adequadas à idade dos participantes e à natureza e duração das atividades conforme estabelecido no artigo 10.º do Decreto-Lei 32/2011, de 7 de março.

5 – Celebrar um contrato de seguro que cubra acidentes pessoais conforme artigo 18.º do Decreto-Lei mencionado acima e respetiva Portaria n.º 629/2004, de 12 de junho.

6 - Entregar três t-shirts, um chapéu, uma pulseira identificativa e um passaporte do programa, a cada participante.

7 - Como local base de funcionamento deste programa: Pavilhão Multiusos de Odivelas (PMO), sendo realizadas as seguintes atividades:

a) De 2.ª a 6.ª feira, com horário de entrada às 08h00m e saída às 17h30m, no PMO, com utilização da nave principal, nave secundária, balneários (2), e auditório (2.ª feiras – período da manhã – das 08h00 às 09h00 – dias 27 de junho, 4, 11, 18 e 25 de julho, 1 e 8 de agosto).

b) 8 – A atividade de Trampolins, dinamizada nas instalações da Empresa Bounce Portugal (Carnaxide), nos dias 27 de junho, 4, 11, 18, 25 de julho, 1 e 8 de agosto (2.ª feiras), no período da tarde.

c) 9 – Atividades de Natação e atividades lúdico-desportivas em água, com a colaboração e dinamização dos Técnicos da Piscina Municipal de Odivelas, nos dias 28 de junho, 5, 12, 19, 26 de julho, 2 e 9 de agosto (3.ª feiras), no período da manhã.

d) 10 – Atividades de Desporto Aventura (circuito de obstáculos suspensos – Pequena Floresta e Mega Circuito), nas instalações da Empresa Adventure Park, no Complexo Desportivo do Jamor (Oeiras), nos dias 28 de junho, 5, 12, 19, 26 de julho, 2 e 9 de agosto (3.ª feiras), no período da tarde.

e) 11 – Atividades de Praia (Carcavelos), nos dias 29 de junho, 6, 13, 20, 27 de julho, 3 e 10 de agosto (4.ª feiras), no período da manhã.

f) 12 – Ação de sensibilização sobre procedimentos e cuidados preventivos durante a permanência na Piscina e na Praia nos dias 28 e 29 de junho, 5, 6, 12, 13, 19, 20, 26,

27 de julho, 2, 3, 9 e 10 de agosto (3.ª e 4.ª feiras), no período da manhã – em parceria com o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

g) 13 – Atividades Culturais – Teatro Infantil (dos 6 aos 11 anos) – deslocação às instalações da Biblioteca Municipal D. Dinis (29 de junho) e ao Centro Cultural Malaposta (Olival Basto), nos dias 6, 13, 20, 27 de julho, 3 e 10 de agosto (4.ª feiras), no período da tarde – parceria com a Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas (DGEJCA/DCTPCB).

h) 14 – Atividades desportivas – Capoeira e Corfebol (dos 12 aos 15 anos) – dinamizadas pelo Grupo Desportivo dos Bons Dias, no PMO, nos dias 29 de junho, 6, 13, 20, 27 de julho, 3 e 10 de agosto (4.ª feiras), no período da tarde.

i) 15 – Visita ao Parque dos Monges (Alcobaça) – nos dias 30 de junho, 7, 14, 21, 28 de julho, 4 e 11 de agosto, no (5.ª feiras - dia inteiro) – Programa “Visita Livre” – visita à Aldeia Medieval, ao Museu dos Doces Conventuais, entre outras atividades – em parceria com a Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos – Setor da Juventude (DGEJCA/DISPE/SJ).

j) 16 – Atividades diferenciadas no Centro PlayBowling de Cascais (Laser Tag/Bowling/Bubble Football), nos dias 1, 8, 15, 22 e 29 de julho, 5 e 12 de agosto (6.ª feiras), no período da manhã.

k) 17 – Dinamização de Torneio de Andebol em Cadeira de Rodas, no PMO, com a colaboração da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), nos dias 1, 8, 15, 22 e 29 de julho, 5 e 12 de agosto (6.ª feiras), no período da tarde.

l) 18 - Ação de sensibilização sobre primeiros socorros, nos dias 1, 8, 15, 22 e 29 de julho, 5 e 12 de agosto (6.ª feiras), no período da tarde – em parceria com o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

(...)

Sem prejuízo de outros aspetos regulamentares e como forma de minorar as despesas, propõem-se que o Executivo Municipal aprove que os participantes paguem uma inscrição no valor de 40,00 € (quarenta euros), sendo que cada participante apenas se poderá inscrever uma semana (cada representante legal apenas poderá preencher no máximo até 5 inscrições).

Propõem-se ao Executivo, nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um desconto de 5,00 € (cinco euros), para os possuidores do Cartão Municipal OdiKids (dos 6 aos 11 anos), ou o Cartão Municipal Jovem Cidadão (dos 12 aos 15 anos).



Mais se propõem, nos termos da alínea u) do mesmo artigo, a integração no projeto, de 35 crianças carenciadas devidamente identificadas pelo Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania (GSIC), distribuídas pelas sete semanas de atividades, que estarão isentas de pagamento.

As inscrições deverão ser formalizadas, através de formulário próprio, de forma presencial na Secretaria do PMO ou através de correio eletrónico específico – feriasdeverao2016@cm-odivelas.pt (pedidos de inscrição por esta via serão analisados apenas no final de cada dia), em dois períodos distintos: dias 6 e 7 de junho (para filhos de funcionários CMO) e dias 8 e 9 de junho (para crianças e jovens residentes no Concelho), sendo que, o pagamento da respetiva inscrição será efetuado na secretaria do PMO no mesmo dia ou através de transferência bancária (respetivo envio de comprovativo de pagamento).

Uma vez que está previsto o pagamento de 490 jovens (35 crianças carenciadas não pagam inscrição), estima-se uma receita entre 17.150,00 € (dezassete mil, cento e cinquenta euros) e 19.600,00 € (dezanove mil e seiscentos euros), dependendo da adesão dos participantes aos Cartões Municipais acima referidos, e que lhes atribuirá o desconto.

A ordem de chegada das inscrições será o primeiro critério de prioridade tendo, em conta o n.º de vagas por idade/escala.

As atividades serão acompanhadas e dinamizadas por técnicos da Divisão de Desenvolvimento Desportivo e outros, com competências técnicas na área da Educação Física e Animação Desportiva.

(...)

Perante a insuficiência de profissionais na Divisão de Desenvolvimento Desportivo para salvaguardar o número de monitores necessários para acompanhamento do número total de participantes, propõe-se solicitar a colaboração às Unidades Orgânicas da CMO e base de dados de voluntariado.

Abaixo seguem os quadros referentes aos custos indiretos do projeto, bem como a diferença entre a receita e os custos diretos.

Transportes	Valor	Unidade Orgânica	Observações
A45 A51 C9	6.643,72 €	DOMHT/DTO/ST	EDOC/2015/43539 EDOC/2016/6600

Quadro 3 – Custos indiretos (transportes)

		Valor		Observações
Receita*	Inscrições (490 crianças)	17.150,00 € 19.600,00 €	-	Valor da inscrição (35 ou 40 €) (35 crianças carenciadas não pagam valor de inscrição)
Custos diretos	Alimentação (Sente)	13.573,56 €	Projeto 33/A/2016 – 2605/020225 Férias Desportivas - Aquisição de Serviços	3,90 € x 3080 refeições 12.012,00 € + IVA (13%)
	Centro Playbowling Cascais	5.250,00 €		3 atividades (Bowling; LaserTag; Bubble Football) (valor total já com IVA)
	Bounce Portugal	4.197,38 €		3.412,50 € + IVA (23%)
	Aquisição e impressão de equipamentos	11.338,76 €		2910 t-shirts; 600 chapéus; 550 pulseiras; 600 passaportes (valor total já com impressões de logos)
	Pingo Doce	369,60 €	Projeto 33/A/2016 - 2605/020121 Férias Desportivas - Outros Bens	Aquisição de águas (6160 garrafas de 33 cl a 0,06 € cada) (valor total já com IVA)
	Adventure Park (parceria com GVELV)	3.374,00**	Projeto 2/A/2016 2111/020225	Desporto Aventura (valor total já com IVA)
	Parque dos Monges (parceria com DGEJCA/DISP E/SJ)	2.782,50 €***	Projeto 131/A/2016 2603/020225	Entrada no Parque dos Monges (Alcobaça)
Total		40.885,80 €		

Quadro 4 – Diferença entre a receita e os custos diretos

*Valor máximo estimado, se cada participante confirmar ou não a sua adesão aos Cartões OdiKids e Jovem Cidadão da CMO.

** Valor com IVA incluído – despesa afeta à rubrica do Gabinete do Sr. Vereador Edgar Luís Simões Valles.

***Valor com IVA incluído – despesa afeta à rubrica da Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos – Setor da Juventude (DGEJCA/DISPE/SJ).

Em termos globais, o projeto decorrerá sob supervisão/coordenação da Divisão de Desenvolvimento Desportivo, de forma a garantir o cumprimento dos pressupostos organizacionais, propondo-se o envio para



reunião de Câmara para deliberação nos termos propostos, com a aprovação do preço de inscrição de 40,00 € (quarenta euros) por participante, os descontos para os possuidores dos cartões municipais e a isenção para os inscritos carenciados. (...)» (Informação n.º Interno/2016/4328, de 2016-05-02)

(Aprovado por unanimidade)

ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

MINUTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A JUNTA DE FREGUESIA DE ODIVELAS

Minuta de Acordo de Colaboração e Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Junta de Freguesia de Odivelas. O presente acordo tem por objeto estabelecer os termos e as condições de utilização da cozinha e respetivos equipamentos, do Jardim de Infância Álvaro de Campos, para confeção das refeições a fornecer aos utentes do Centro de Convívio Sénior de Odivelas, de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2016/4418, de 2016-05-04 e nos termos da minuta do acordo anexa a informação.

«Minuta de ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

Considerando que:

1. O fornecimento do serviço de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo e jardins- de-infância que frequentam estabelecimentos de ensino da rede pública do concelho é da competência da Câmara Municipal;

2.A Junta de Freguesia de Odivelas tem a seu cargo a gestão do Centro de Convívio Sénior, situado nas instalações do Pavilhão Polivalente de Odivelas, sito na rua Aquilino Ribeiro, 2675 Odivelas, que atualmente pode ser frequentado por 45 utentes;

3. O Centro de Convívio Sénior é uma resposta social da Junta de Freguesia;

4. O espaço do Centro de Convívio Sénior não possui condições infraestruturais para que as refeições dos seus utentes possam ser confeccionadas nas respetivas instalações;

5. A Junta de Freguesia de Odivelas solicitou à Câmara Municipal de Odivelas que disponibilizasse a utilização de uma cozinha escolar, para a confeção de refeições para os utilizadores do Centro de Convívio Sénior, na condição de

a Junta não envolver a presença no local de outra empresa de restauração coletiva;

6. Caso a Junta de Freguesia de Odivelas não contratualize com a empresa de restauração coletiva ao serviço da Câmara Municipal de Odivelas, não poderá utilizar a cozinha escolar;

7. O Jardim de Infância mais próximo do Centro de Convívio Sénior e com capacidade para confeccionar refeições para os utentes do Centro de Convívio Sénior é o JI Álvaro de Campos, estabelecimento de ensino cuja gestão e organização do fornecimento de refeições pertence à Câmara Municipal de Odivelas.

É celebrado o presente Acordo de Colaboração e Cooperação entre:

O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

e

A JUNTA DE FREGUESIA DE ODIVELAS com sede na Alameda do Poder Local,4, Odivelas, Pessoa Coletiva n.º 506605752, neste ato representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, Nuno Filipe André Gaudêncio, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE;

De livre vontade e boa-fé, regendo-se pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

Cláusula Primeira (Do Objeto)

O presente acordo tem por objeto estabelecer os termos e as condições de utilização da cozinha e respetivos equipamentos, do JI Álvaro de Campos, para confeção das refeições a fornecer aos utentes do Centro de Convívio Sénior de Odivelas.

Cláusula Segunda (Das Responsabilidades do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante, na qualidade de entidade responsável pelo serviço de refeições ao pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico e de entidade com a gestão e posse do espaço em causa, compromete-se a:

a) Autorizar a empresa de restauração coletiva, ao serviço da Câmara Municipal de Odivelas, a confeccionar no JI Álvaro de Campos as refeições que vier a fornecer à Junta



de Freguesia de Odivelas, para os utilizadores do Centro de Convívio Sénior de Odivelas.

b) Suportar as despesas de funcionamento do refeitório escolar do JI Álvaro de Campos (consumos de água, eletricidade e gás), por referência ao aumento do número de almoços a ser confeccionado, na mesma, excetuando o mês de agosto;

c) Garantir o cumprimento das ementas escolares estipuladas, que serão facultadas, mensalmente, à Junta de Freguesia de Odivelas, para esta Entidade as disponibilizar aos utilizadores do Centro de Convívio Sénior.

Cláusula Terceira
(Das Responsabilidades do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante responsabiliza-se por:

1. Articular com a empresa de restauração coletiva, ao serviço da Câmara Municipal de Odivelas, as condições e os termos do fornecimento do serviço de refeições, no respeito pelo regular funcionamento do estabelecimento de ensino.

2. Para tanto compromete-se a:

a) Garantir que a contratualização do serviço de refeições junto da empresa de restauração coletiva não interfira, em caso algum, com o serviço adjudicado pelo Primeiro Outorgante para o JI Álvaro de Campos, nomeadamente no que se refere ao mapa de pessoal, ementas, capitação de refeições, segurança alimentar, HACCP e demais informação que consta do Caderno de Encargos para o fornecimento de refeições aos alunos do 1.º ciclo e JI da rede pública do Concelho;

b) Cumprir as normas de acesso, de permanência no estabelecimento de ensino e de funcionamento do Refeitório Escolar, no respeito pelo estipulado no Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette e nas Normas de Funcionamento dos Refeitórios Escolares da Câmara Municipal de Odivelas;

c) Garantir que o transporte das refeições da unidade de confeção, para a unidade de distribuição, no Centro de Convívio Sénior, ocorre impreterivelmente, entre as 10:45h e as 11h:15m e ainda assegurar que a recolha das refeições, no referido horário, é efetuada pelo portão de acesso, aos fornecedores do JI Álvaro de Campos, em condições de segurança e proteção das pessoas e bens acautelando, sempre, o fecho do portão nas entradas e saídas;

d) Acautelar que o transporte e a distribuição das refeições cumpre a legislação em vigor.

Cláusula Quarta
(Da Vigência)

1. Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente acordo vigora pelo prazo de um ano letivo, incluindo o período das interrupções letivas do pré-escolar, excetuando o mês de agosto

2. O presente acordo considera-se automaticamente renovado, desde que nenhum dos Outorgantes o denuncie por carta registada, no prazo de 90 (noventa) dias em relação ao seu termo inicial ou a qualquer das suas posteriores renovações;

Cláusula Quinta
(Disposições Finais)

1. A Câmara Municipal de Odivelas declina todas e quaisquer responsabilidades que possam advir das refeições fornecidas aos utilizadores do Centro de Convívio Sénior, nomeadamente as que digam respeito à segurança alimentar.

2. Nos demais, termos legais, este acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo ambas as partes respeitar a regulamentação específica aplicável.

3. Qualquer adequação ou tolerância relativa ao estipulado no presente acordo será resolvida por acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao clausulado do mesmo, a menos que as Partes por acordo assim o entendam.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em dois exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, ____ de _____ de 2016

Pelo Primeiro Outorgante,

(Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

(Dr. Nuno Filipe André Gaudêncio)»

(Aprovado por unanimidade)

**ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA****PRORROGAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VERTENTE SUL E RESPECTIVO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA**

Prorrogação da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul (ARU-VS) e respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, pelo período de 5 (cinco) anos, a partir da data em que deixar de vigorar o prazo de execução em curso, de acordo com o proposto na Informação n.º 11/GPE/EPRUAC/11, de 2016-05-02.

«(...) A Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul (ARU-VS) aprovada por instrumento Próprio e respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) entrou em vigor em 23 de dezembro de 2011, com publicação em Diário da República, 2.ª série - n.º 244 de dezembro de 2011, do Edital n.º 1261/2011 que publicou a sua aprovação na 2.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Odivelas em 28 de novembro.

No âmbito do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul, a operação de reabilitação urbana estabeleceu um prazo de 5 anos que, de acordo o disposto no artigo 20.º do Decreto – Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto, é passível de prorrogação caso se venha a considerar ser necessário, após o aprofundar de conhecimentos resultantes do desenvolvimento da estratégia ou do plano estratégico de reabilitação urbana, da caracterização do existente, da compatibilização e integração com as opções de desenvolvimento do Concelho e com os instrumentos de gestão e planeamento em curso, designadamente o PU-VERSUL.

Estando ainda algumas operações programadas e decorrentes do PERU da ARU da Vertente Sul, ainda não executadas e afigurando-se a necessidade de inscrever outras operações no quadro de intervenções no espaço público, nomeadamente equipamentos, espaços públicos de recreio e lazer, de enquadramento paisagístico e ambiental e de qualificação de redes viárias e de mobilidade suave entre os bairros abrangidos pela delimitação de ARU e o restante tecido urbano do Concelho, o prazo inicialmente previsto demonstra-se insuficiente, pelo que se verifica a necessidade premente de prorrogar o horizonte temporal da ARU da Vertente Sul por um prazo não inferior a 5 anos.(...)» (Informação n.º 11/GPE/EPRUAC/11, de 2016-05-02)

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS POR OCUPAÇÃO E SEU DESTINO FINAL
REGULAMENTO MUNICIPAL DE VEÍCULOS ESTACIONADOS
ABUSIVA E/OU INDEVIDAMENTE NA VIA PÚBLICA**

Aquisição dos veículos abaixo descritos, por ocupação, nos termos do n.º 4 do Artigo 10 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública, e determinação da alienação por desmantelamento qualificado como destino final dos mesmos, de acordo com o proposto na Informação n.º interno/2016/4593, de 2016-05-09.

Destino Final
Alienação por desmantelamento qualificado

PROCESSO	MARCA/MODELO	MATRÍCULA
16/VIAT/OD/16	Renault Laguna	21-40-NS
15/VIAT/OD/16	Mercedes Benz	44-23-BD
17/VIAT/OD/16	Peugeot 205	54-94-CJ
19/VIAT/OD/16	Opel Corsa	22-76-RS
115/VIAT/PO/FA/15	Mercedes	183AAS83
156/VIAT/OD/15	BMW	SG-335801
144/VIAT/OD/15	Renault Scenic	58-FL-KF
13/VIAT/RA/CA/16	Daewoo Nubira	23-10-PP
10/VIAT/RA/CA/16	Mitsubishi Carisma	89-32-MZ
8/VIAT/PV/OL/16	Peugeot 106	44-63-EE
7/VIAT/PV/OL/16	Renault Megane	89-47-ML
3/VIAT/PO/FA/16	Citroen Xsara	14-89-MF
11/VIAT/PO/FA/16	Opel Astra	11-05-IU
4/VIAT/PO/FA/16	Skoda	89-07-CS
30/VIAT/OD/16	Honda Civic	10-44-LF
16/VIAT/RA/CA/15	Peugeot 106	20-42-AB
9/VIAT/OD/16	Renault Clio	46-68-AF
3/VIAT/PV/OL/16	Nissan	4876BZJ
4/VIAT/RA/CA/16	Atrelado	s/matricula
160/VIAT/OD/15	Piaggio	72-ER-14
54/VIAT/RA/CA/15	Iveco Daily	72-83-EP
3/VIAT/RA/CA/16	Toyota Corola	01-19-FA
183/VIAT/OD/15	Peugeot 405	RG-42-58
6/VIAT/PV/OL/16	Rover 214	10-37-AQ



12/VIAT/OD/16	Mitsubishi Lancer	05-79-PR
17/VIAT/PO/FA/16	Mitsubishi Colt	15-27-LA
8/VIAT/RA/CA/16	Renault Clio	85-33-BH
12/VIAT/PO/FA/16	MKB Scootea	2 – LRS 82 -16
7/VIAT/RA/CA/16	Peugeot 206	EA02NYR
10/VIAT/OD/16	Kawasaki	LM-16-62

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE MENTAL DE ODIVELAS

Cedência de transporte municipal à Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas, nos dias 24 de junho e 22 de julho de 2016, para deslocação dos seus utentes às piscinas de Santarém e à praia de Sesimbra, respetivamente, com um custo total estimado em €285,20, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/4625, de 2016.05.09.

(Aprovado por unanimidade)

CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DA SAÚDE DE LISBOA

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, a autorizar a cedência de transporte municipal à Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, no dia 12 de maio de 2016, para deslocação entre o Parque das Nações e Benfica, no âmbito das Comemorações dos 35 anos de atividade da referida Escola, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/4774, de 2016.05.12.

(Aprovado por unanimidade)

ACEITAÇÃO DE DONATIVOS PARQUE DOS BICHOS

Aceitação de donativos em espécie (alimentos e produtos para animais), fornecidos pela Fundação Belmiro de Azevedo - Supermercado Continente da Arroja, para apoiar o Parque dos Bichos - Centro Oficial de Recolha Animal do Concelho de Odivelas em 2016, estimando-se este contributo anual no valor de €500,00, de acordo com o proposto na informação n.º Interno 2016/4173, de 2016.04.27.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

PAGAMENTO POR DAÇÃO, DO LOTE 3 DO BAIRRO CARRASCAIS, DAS TAXAS EM DÍVIDA PELA EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 6/2007, REFERENTES AOS LOTES 1, 2 E 3 UNIÃO DAS FREGUESIAS DA RAMADA E CANEÇAS PROCESSO N.º 9942/LO/GI

Pagamento por dação, do lote 3 do Bairro dos Carrascais, União das Freguesias de Ramada e Caneças, das taxas em dívida pela emissão do alvará de loteamento n.º 6/2007, referentes aos lotes 1, 2 e 3, em nome de António Almeida Delgado, no valor de € 15.375,64€ (quinze mil, trezentos e setenta e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos), de acordo com o proposto na informação n.º 9942/LO/GI, de 2016-05-02.

(Aprovado por maioria)

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 05/2002 PARA OS LOTES 39 E 43 DO BAIRRO MIMOSA FREGUESIA DE ODIVELAS PROCESSO N.º 46692/RC

Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2002, para os lotes 39 e 43, inseridos no Bairro Mimosa, na Freguesia de Odivelas, em nome de António Mateus e Outros. A alteração compreende a alteração de parâmetros urbanísticos dos lotes 39 e 43, visando a legalização das edificações existentes nos lotes, nas condições constantes na informação técnica n.º 54/RD/DRRU/DGOU/16, de 2016-04-13, e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 1950, do processo n.º 46692/RC, datada de 2016-05-06, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor 11.437,81€, como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (74,42m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.



Relativamente aos parâmetros urbanísticos de cada lote temos a seguinte alteração:

Alvará n.º 5/2002					
Lote	Área Lote (m²)	Área Impl. (m²)	Área Const. (m²)	Pisos	Fogos
39	450,00	100,00	210,00	2	1F
43	331,80	90,00	190,00	2	1F

Proposta de Alteração ao Alvará n.º 5/2002					
Lote	Área Lote (m²)	Área Impl. (m²)	Área Const. (m²)	Pisos	Fogos
39	450,00	135,00	235,00	2	3F
43	331,80	115,00	190,00	2	2F

Os valores alterados foram representados a negrito.

(Aprovado por unanimidade)

**AVISOS****AVISO**

Alvará de Loteamento n.º 6/2001 – B.º Flor do Minho – Ramada/Caneças

4.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odiveelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odiveelas datada de 1 de julho de 2015, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 6/2001, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Virgílio Lopes Ferreira.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados1.1. Aos parâmetros urbanísticos do lote:

ALVARÁ LOTEAMENTO								ALTERAÇÃO PROPOSTA							
Lote	A.Lote	A.I.	A.C.	N.ºP	Fg	Uso	Anexos	Lote	A.Lote	A.I.	A.C.	N.ºP	Fg	Uso	Anexos
1	205	71	142	2	1	H	20	1	205	73	146	2	1	H	24
4	152,5	54	84	2	2	H	24	4	152,50	90	170	2	2	H	17
10	298,5	105	210	2	2	H+C	24	10	298,50	130	255	2	2	H+C	50
57	282,5	98	110	2	1	H	84	57	282,50	79	158	2	1	H	36,50
60	428,5	150	297	2	1	H	87,5	60	257	77	154	2	1	H	50
								71	171,50	71,25	71,25	1	1	H	18
62	400	zona monumento						62	400	72,50	145	2	1	H	16,78

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Aos parâmetros do loteamento:

Descrição	ALVARÁ LOTEAMENTO	ALTERAÇÃO PROPOSTA
Área total do terreno	39 610,00 m²	39 610,00 m²
Área total de lotes	29 440,00 m²	29 440,0 m²
Número de lotes	79	80
Número de fogos	83	85
Número de fogos/ha	21 fg/ha	21 fg/ha
População existente	108	108
População prevista	294	301
Número de habitantes por fogo	3,5	3,5
Densidade populacional	66,8 hab/ha	66,8 hab/ha
Número médio pisos	1,55	1,55
Área de implantação	9 622,50 m²	9 737,25 m²



Área de construção	16 282,5 m ²	16 538,65 m²
Área de cedência equipamento	2 483,80 m ²	2 483,80 m ²
Índice de ocupação do solo	0,24	0,24
Índice de construção	0,41	0,42
Área terreno a integrar no domínio público	6 556,20 m ²	6 556,20 m ²

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetadas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Paços do Concelho, 20 de abril de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 5/89 – B.º Casal da Silveira – Pontinha/Famões

17.º ADITAMENTO

Paulo César Teixeira, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 2 de dezembro de 2015, onde foi deliberada por maioria a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Mário Jorge.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo que substitui as plantas de síntese do 10.º, 15.º e 16.º aditamento.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos parâmetros urbanísticos do lote:

Lote 819	ALVARÁ LOTEAMENTO	ALTERAÇÃO PROPOSTA
Área de Implantação	116,80m ²	180,00m²
Área de Construção	233,60m ²	240,00m²
Polígono de Implantação	Isolada	Geminada

Os valores alterados foram representados a negrito.



1.2. Aos parâmetros do loteamento:

	Alvará 5/89	Proposto	PDM em vigor
Área de intervenção total	405.139,78m ²	405.139,78m ²	---
Área de Total de Construção	234.069,60m ²	234.076,00m²	238.703,94m ²
Índice de Utilização Máximo	0,58	0,58	0,59
Área de Total de Ocupação	106.655,60m ²	106.718,80m²	151.711,36m ²
Índice de Ocupação Máximo	0,26	0,26	0,37

Os valores alterados foram representados a negrito.

Com a presente alteração deixará de se aplicar o disposto na cláusula 2. do Regulamento do Bairro Casal da Silveira, considerando-se como áreas máximas as constante no presente aditamento

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública, uma vez que as mesmas se encontram asseguradas no alvará de loteamento.

As necessidades de estacionamento público encontram-se asseguradas e no âmbito da legalização das edificações deverão ser garantidos os lugares de estacionamento privado de acordo com o regulamento do bairro, devendo também ser cumprido o disposto no art.º 101.º do RMEU.

Paços do Concelho, 03 de maio de 2016

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
(Despacho n.º 34/PRES/2016)

(Paulo César Teixeira)

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 5/2009 – B.º Vale Grande – Pontinha/Famões

3.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 21 de maio de 2014, 20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 22 de outubro de 2014, 20.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas de 20 de novembro de 2014 e 6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 30 de março de 2015 onde foi deliberada, a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2009, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Administração Conjunta do B.º Vale Grande.

Para os lotes que integram o aditamento, no prazo de um ano a contar da data de emissão do presente aditamento e que reúnam as condições necessárias, será aplicada a redução prevista no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1.Parâmetros urbanísticos alterados



1.1. Parâmetros urbanísticos dos lotes:

Alvará 5/2009								Alteração Alvará 5/2009					
Lote	Área Lote [m2]	Área Ocup. [m2]	Área Cons. [m2]	pisos	fogos	Com/Serv Indústria [m2]	Situação	Área Lote [m2]	Área Ocup. [m2]	Área Cons. [m2]	pisos	fogos	Com/Serv Indústria [m2]
1	528	225	450	2	0	450	Exis	528	528	528	2	0	528
3	278	195	325	2	1	97	Exis	278	278	325	2	1	0
6	393	180	275	2	0	275	Exis	393	340	340	2	0	340
7	270	120	190	2	0	190	Exis	504	504	504	2	0	504
8	234	100	166	2	0	166	Exis	Emparcelado com o lote 7					
9	234	100	166	2	0	166	Exis	234	234	234	2	0	234
10	237	100	166	2	0	166	Exis	237	237	237		0	237
21	239	200	320	2	1	108	Exis	239	200	320	2	1	0
32	233	105	210	2	1	0	Exis	233	105	210	2	2	0
53	280	143	286	2	2	100	Exis	280	280	445	2	2	235
89	373	120	240	2	1	0	Prev	373	120	240	2	1	0
90	609	165	330	2	1	0	Exis	609	165	330	2	1	0
94	414	155	310	2	2	155	Exis	414	220	310	2	2	0
109	258	131	262	2	1	0	Exis	258	145	262	2	1	0
150	296	143	240	2	2	143	Exis	296	170	240	2	2	0
152	303	137	274	2	0	274	Exis	303	280	560	2	1	280
155	171	92	184	2	1	0	Exis	171	140	184	2	1	0
165	488	151	302	2	2	0	Exis	488	302	302	2	2	0
199	271	100	200	2	1	100	Exis	271	200	300	2	1	200
211	444	170	340	2	2	170	Exis	444	230	400	2	2	230
230	340	120	240	2	1	120	Exis	340	240	240	2	1	240
245	342	100	200	2	1	0	Exis	342	100	200	2	2	0
251	158	85	170	2	2	0	Exis	199	105	170	2	2	0
255	349	130	260	2	2	130	Exis	349	180	360	2	3	0
256	363	170	340	2	2	170	Exis	363	363	960	3	0	960
273	268	101	202	2	2	0	Exis	268	101	202	2	1	0
274	479	160	320	2	2	0	Exis	438	160	320	2	2	0



Alvará 5/2009								Alteração Alvará 5/2009					
Lote	Área Lote [m2]	Área Ocup. [m2]	Área Cons. [m2]	pisos	fogos	Com/Serv Indústria [m2]	Situação	Área Lote [m2]	Área Ocup. [m2]	Área Cons. [m2]	pisos	fogos	Com/Serv Indústria [m2]
288	203	95	190	2	2	0	Exis	203	170	340	2	1	170
310	256	95	190	2	1	0	Exis	256	125	190	2	1	0
320	263	92	184	2	2	0	Exis	263	120	184	2	2	0
325	259	110	220	2	2	0	Exis	259	150	240	2	2	0
332	242	100	200	2	2	0	Prev	242	100	200	2	1	0
363	222	90	180	2	2	0	Prev	222	90	180	2	1	0
368	503	155	310	2	2	0	Exis	503	155	310	2	1	0
374	220	90	180	2	1	0	Prev	220	90	180	2	2	0
382	268	100	200	2	2	0	Prev	268	100	200	2	1	0
407	233	100	200	2	2	0	Exis	233	120	215	2	2	0
452	270	106	212	2	1	0	Prev	270	106	212	2	2	0
471	217	117	234	2	1	0	Exis	217	155	234	2	1	0
474	226	90	180	2	1	0	Exis	226	125	180	2	1	0
504	231	81	162	2	1	0	Exis	231	100	162	2	1	0
511	229	110	220	2	1	0	Exis	229	140	280	2	2	0
517	311	120	240	2	1	0	Exis	311	160	160	2	2	0
518	273	130	260	2	2	0	Exis	273	130	260	3	2	0
519	266	140	280	2	2	0	Exis	266	140	280	3	2	0
529	216	95	190	2	1	0	Exis	216	140	190	2	2	0
546	226	130	396	3	2	0	Exis	226	130	396	3	1	0

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Parâmetros do loteamento:

	Alvará de Loteamento 5/2009	Proposta	PDM/Portaria 216B/2008
Área total de intervenção	252.219 m2	252.219 m2	---
Área urbanizável	232.274 m2	232.274 m2	---
N.º de lotes	584	583	---
N.º de fogos	814	814	824



	Alvará de Loteamento 5/2009	Proposta	PDM/Portaria 216B/2008
Densidade habitacional	35 fogos/ha	35 fogos/ha	35 fogos/ha
Área dos lotes	170.734 m2	170.734 m2	---
Área máxima de construção	135.393 m2	137.313 m2	162.592 m2
Área máxima de ocupação do solo	67.809 m2	70.408 m2	---
Índice de construção	0,58	0,59	0,70
Área de cedência para Equipamentos de utilização coletiva	31.259 m2	31.259 m2	31.041 m2
Área de cedência para Espaços Verdes de utilização coletiva	1.423 m2	1.423 m2	26.592 m2
Z1 – Zona verde de proteção e enquadramento a integrar no domínio público	8.574 m2	8.574 m2	---
Verde Privado	51.463 m2	23.396 m2	---
N.º de Ocupações (atividades económicas/indústria)	111	104	---
Área de construção para atividades	14.846 m2	16.024 m2	---
Lugares de estacionamento na via pública	385	385	384

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Alterações ao quadro de Ónus do aditamento ao alvará n.º 5/2009 do B.º Vale Grande:

2.1. Ónus eliminados:

Lote 1 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Nova implantação”;
Lote 3 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Afastamento 5m tardoz”;
Lote 6 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Reduzir área de construção”;
Lote 7 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Reduzir área de construção”;
Lote 8 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Reduzir área de construção”;
Lote 9 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Reduzir área de construção”;
Lote 10 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Reduzir área de construção”;
Lote 152 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Reduzir área de construção”;
Lote 199 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Nova implantação”;
Lote 230 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Demolir”;
Lote 251 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Nova implantação – Garantir afastamento regulamentar – Servidão de vistas”;
Lote 256 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Reduzir área de construção – Reduzir n.º de fogos”;
Lote 288 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária – Reduzir área de construção – Reduzir n.º de fogos – Nova implantação”;
Lote 310 – Foi eliminado o ónus “Anexo – só 1 piso”;
Lote 320 – Foi eliminado o ónus “Anexo – só 1 piso”;
Lote 471 – Foi eliminado o ónus “Manutenção Temporária”;
Lote 511 – Foi eliminado o ónus “Anexo – só 1 piso”;
Lote 518 – Foi eliminado o ónus “Elemento de ligação ao lote 519”;
Lote 519 – Foi eliminado o ónus “Elemento de ligação ao lote 518”;

2.2. Ónus a manter:

Lote 3: Mantém-se o ónus “Condicionado a parecer EDP/REN”;
Lote 9: Mantém-se o ónus “Condicionado a parecer EDP/REN”;



Lote 10: Mantém-se o ónus “Condicionado a parecer EDP/REN”;

Lote 288: Mantém-se o ónus “Garantir passeio regulamentar – Retificar frente do lote”;

Lote 310: Mantém-se o ónus “Condicionado a parecer EDP/REN”;

3. Alterações ao Regulamento

Foram alterados os pontos 3, 4 e 6 do regulamento do bairro. Os pontos 13 e 14 passaram a designar-se por 14 e 15 respetivamente e foi acrescentado o conteúdo do ponto 13. Estas alterações fazem parte integrante da planta de síntese.

4. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública, uma vez que as mesmas se encontram asseguradas no alvará de loteamento.

As necessidades de estacionamento público previstas na Portaria 216B/2008 estão asseguradas e no âmbito da legalização das edificações deverão ser garantidos os lugares de estacionamento privado de acordo com o regulamento do bairro, devendo também ser cumprido o disposto no art.º 101.º do RMEU nas situações em que se mostre técnica ou urbanisticamente impossível garantir o estacionamento privativo, podendo ser exigida ao promotor a execução ou requalificação de parqueamento em domínio público, destinada a compensar a capacidade de estacionamento em falta.

Paços do Concelho, 9 de maio de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



EDITAL

EDITAL N.º 48/PRES/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 10/2002
Bairro Sete Quintas II
União das Freguesias de Ramada e Caneças**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odiveelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 10/2002 do Bairro Sete Quintas II para os lotes 19 e 99, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 1376/LO encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odiveelas, 12 de abril de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Listagem dos atos com eficácia externa praticados pelo Vereador Edgar Valles, no âmbito da Divisão de Fiscalização Municipal, no período compreendido entre 1 a 29 de abril de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/4376, de 2016.05.02:

VIATURAS REMOVIDAS DA VIA PÚBLICA

01/04/2016 a 29/04/2016

Decisões tomadas ao abrigo das competências delegadas e subdelegadas

(Despacho n.º 107/PRES/2015 de 27 de outubro de 2015)

Assunto: Remoção de um veículo Mitsubishi Colt, com a matrícula 01-11-NB, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6.º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 10/VIAT/PV/OL/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.04.05

Data da remoção: 2016.04.05

Assunto: Remoção de um veículo Daewoo Matiz, com a matrícula 97-72-VV, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6.º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 43/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.04.06

Data da remoção: 2016.04.06

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 205, com a matrícula 62-60-AU, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6.º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 44/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.07

Assunto: Remoção de um veículo Saab, com a matrícula 23-04-IQ, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6.º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 45/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.07

Assunto: Remoção de um veículo Renault Espace, com a matrícula 63-13-OS, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6.º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 21/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.07

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 16-88-UG, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6.º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 46/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.07

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 29-69-AM, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6.º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 47/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.08

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 206, com a matrícula 24-46-NR, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6.º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 48/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.28

Data da remoção: 2016.04.08

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Golf, com a matrícula UE-89-46, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6.º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 49/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.08

Assunto: Remoção de um veículo Ford Transit, com a matrícula 89-46-GE, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6.º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 50/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.11



Assunto: Remoção de um veículo Ford Fiesta, com a matrícula 09-67-GH, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 51/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.22

Data da remoção: 2016.04.12

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Saxo, com a matrícula 45-91-LJ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 22/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.13

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 10-91-PH, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 23/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.13

Assunto: Remoção de um veículo Vauxhall, com a matrícula KG55KKE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 24/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.13

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 85-01-PR, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 25/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.13

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Polo, com a matrícula UH-54-51, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 52/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do

Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.04.13

Data da remoção: 2016.04.15

Assunto: Remoção de um veículo Alfa Romeo, com a matrícula AX-50-36, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 26/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.15

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Transporter, com a matrícula 68-69-RQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 27/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.15

Assunto: Remoção de um veículo Volvo 440, com a matrícula 06-03-BD, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 31/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.04.13

Data da remoção: 2016.04.20

Assunto: Remoção de um veículo Seat Ibiza, S/matricula, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 53/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.04.20

Data da remoção: 2016.04.20

Assunto: Remoção de um veículo Piaggio, com a matrícula 38-DC-40, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 58/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.22

Assunto: Remoção de um veículo Nissan Primera, com a matrícula 73-70-JD, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou



Indevidamente na Via Pública (Processo nº 34/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.04.13

Data da remoção: 2016.04.22

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 86-03-SD, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 33/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.04.13

Data da remoção: 2016.04.22

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Polo, com a matrícula 79-17-IM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 32/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.04.13

Data da remoção: 2016.04.22

Assunto: Remoção de um veículo Nissan Vanette, com a matrícula QF-82-71, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 11/VIAT/PV/OL/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.03.31

Data da remoção: 2016.04.22

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Polo, com a matrícula 50-79-JA, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 59/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.04.29

Data da remoção: 2016.04.29

Assunto: Remoção de um veículo Nissan Micra, com a matrícula 27-95-CI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 60/VIAT/OD/16).

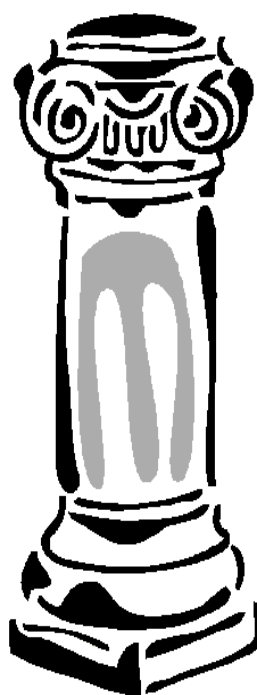
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.04.29

Data da remoção: 2016.04.29



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 19 de maio de 2016

DELIBERAÇÕES

RECOMENDAÇÕES

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“FÉRIAS DE VERÃO”

Pela bancada do CDS/PP, foi apresentada uma Proposta de Recomendação sobre “Férias de Verão”, (documento nº 1)”, que será transcrita em ata. Colocada à votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com os votos contra da bancada do PS, com as abstenções das bancadas do PSD; CDU e BE, e com os votos a favor da bancada do CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“POR UM ENSINO DE QUALIDADE, SEMPRE”

Pela bancada do CDS/PP, foi apresentada uma Proposta de Recomendação subordinada ao tema “Por um Ensino de Qualidade, sempre” (documento nº 2), que será transcrita em ata. Colocada à votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com os votos contra das bancadas do PS, CDU, BE, e com os votos a favor das bancadas do CDS/PP e do PSD.

(Rejeitada por maioria)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“PELA GARANTIA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO DE SAÚDE A MAIS DE 32.200 UTENTES DA CIDADE DE ODIVELAS”,

Uma Unidade de Saúde Familiar – vulgo USF – identifica-se - *A priori* - com um conceito reformador do atendimento público da medicina de proximidade, numa

perspectiva de médio ou longo prazo. Esta organização deverá substituir as Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, os habitualmente designados centros de saúde, de modo sustentado.

Quer isto dizer que a constituição de uma USF assenta sobre uma organização e planeamento parametrizados em diversas premissas, entre elas a inexistência de utentes sem médico de família; de equipas clínica, de enfermagem e de técnicas auxiliares multidisciplinar, em número definido de acordo com um rácio de utentes e que podem ser convidados pela direcção, previamente nomeada para a constituição dessas unidades.

A partir do dia 9 de Junho a UCSP de Odivelas será transformada numa USF designada por “Colina de Odivelas”. De acordo com as determinações da direcção do ACES Loures-Odivelas, o processo deverá suceder com a maior brevidade possível. E também se sabe que esta Unidade de Saúde Familiar será constituída, mesmo sem estarem reunidas todas as condições para que isso aconteça, nomeadamente por não haver médicos de MGF para todos os utentes. É que de acordo com os últimos dados divulgados pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (no documento do “Núcleo de Estudos e Planeamento”, de 2015), na UCSP de Odivelas encontram-se sem médico de família atribuído 18.631 utentes.

Mas os utentes terão outras preocupações, observemos:

Existem duas médicas, de um corpo clínico de seis elementos, que se encontram já reformadas e a exercerem a profissão por força de contratos para prolongamento de permanência, sabendo-se que uma USF é um projecto de longo prazo;

Que uma equipa de seis clínicos terá de garantir consultas a mais de 13.600 utentes que são os que já têm médico de família e serão atendidos na nova USF “Colina de Odivelas”;

Que apenas dois clínicos auxiliados por médicos de recurso terão de acautelar as consultas aos mais de 18.600 utentes sem médico de família, naquilo que restará da UCSP, ou seja do Centro de Saúde de Odivelas;

Que a pequena UCSP que restará terá de funcionar paredes-meias com a nova USF, na ala do edifício da USF da Ramada, até agora disponibilizado à mega Centro de Saúde de Odivelas, ignorando-se a falta de condições/estrutura física para que tal aconteça;

Que a formação desta unidade de saúde acontece num momento em que ainda não se conhece o prazo de início e conclusão do novo edifício destinado a albergar uma unidade de saúde de proximidade, na cidade de Odivelas;



Que todos os mais de 32.200 utentes ficam dependentes de uma só equipa de enfermagem que foi nomeada para a nova USF e entrará em funções no próximo dia 9 de Junho.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na 7ª sessão extraordinária de 2016, no dia 19 de Maio, recomenda à Câmara Municipal:

- Que interceda junto da direcção do ACES Loures-Odivelas, no sentido de ser acautelada a qualidade do atendimento de saúde aos mais de 32.200 utentes inscritos na actual Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da cidade de Odivelas;
- Que diligencie no sentido de antecipar o processo relativo à construção do edifício da nova unidade de saúde de Odivelas, por ser a única garantia da qualidade do atendimento de saúde para os mais de 32.200 utentes da cidade.

(Documento apresentado pela bancada do CDS/PP – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do CDS/PP, PS e PSD, e com os votos contra da bancada da CDU, e com a abstenção da bancada do BE)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de Maio de 2016

(Aprovado por maioria)

RECOMENDAÇÃO

“PELA CELEBRAÇÃO DO DIA MUNDIAL DE LUTA CONTRA A HOMOFOBIA E TRANSFOBIA”

Considerando que:

- 1) O Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia e Transfobia (IDAHOT - International Day Against Homophobia and Transphobia) comemora-se a 17 de maio, data em que a Organização Mundial de Saúde retirou, em 1992, a homossexualidade da sua lista de doenças mentais.
- 2) Tal como o preconceito, os LGBT's existem transversalmente na nossa sociedade. São médicos, artistas, professores, advogados, políticos, etc; são colegas de trabalho e amigos; são tios e tias, primos e primas, irmãos e irmãs e pais e mães. Somos, muitas vezes, nós próprios ou o vizinho que temos ao lado.
- 3) Com este dia pretende criar-se uma consciência global para o fenómeno da homofobia e transfobia. Hoje, todos somos chamados a contribuir para uma sociedade mais inclusiva, que rejeite todas as formas de discriminação sem violência, sem homofobia nem transfobia.

4) Seguindo as palavras de Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas:

- "Em 76 países, ter um parceiro do mesmo sexo é ainda um crime de ação penal pública. As pessoas são presas, encarceradas, e em alguns casos até executadas, só porque têm um relacionamento amoroso "
- “As pessoas LGBT também enfrentam hostilidades profundamente enraizadas nos lugares onde muitos de nós passamos a maior parte das nossas horas acordados - no trabalho.”
- "Devemos nos perguntar: Será que queremos viver num mundo onde o amor é perseguido ou onde é celebrado; onde as pessoas vivem com medo ou dignidade? "

5) A bandeira LGBT esteve, esta terça-feira dia 17, em destaque nos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Lisboa. Ao que tudo indica, terá sido a primeira vez que a famosa bandeira do arco-íris foi hasteada num edifício de uma instituição pública em Portugal. A CML teve a iniciativa de se juntar às celebrações do Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia e Transfobia

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em plenário no dia 19 de Maio de 2016, delibera:

1. Manifestar apoio solidariedade à comunidade LGBTI, passando a juntar-se a estas celebrações do Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia e Transfobia todos os anos de hoje em diante.
2. Enviar esta moção aos órgãos de soberania, aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República e à comunicação social.
3. Enviar para os seguintes:
 - Associação ILGA Portugal (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero)
 - Opus Gay Associação Opus Gay
 - AMPLOS (Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual)
 - Rede Ex Aequo

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PS, CDS/PP e PSD, e com as abstenções dos Deputados Municipais: Domingos Cabaço, Carlos Roda e Paula Paçó)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de Maio de 2016

(Aprovado por maioria)



RECOMENDAÇÃO

“POR UM ESPAÇO PÚBLICO LIVRE DO CARCINOGENEO “GLIFOSATO””

A) O glifosato, enquanto herbicida, tem uma utilização sistémica não seletiva. É de venda livre e fácil acesso. Em 2012, foram aplicadas 1.400 toneladas deste tipo de pesticida no país. A sua utilização efetuar-se ao nível do solo para limpar os campos antes das sementes, mas também na água como desinfetante. Em Portugal, o seu uso é generalizado na agricultura e também nos serviços de autarquias. Este composto tem sido ligado a vários problemas ambientais e de saúde pública por diversos estudos científicos.

B) Várias autarquias, de perfil mais urbano ou mais rural (Ex: Porto, Ribeira Grande, Castelo de Paiva, Arganil, Montemor-o-Velho, Vila Nova de Poiares, Pedrogão Grande, São Vicente, Amarante, Lousada, Marco de Canaveses, Trofa, Alcanena, Tomar, Arcos de Valdevez, Cinfães, São Pedro do Sul, etc) já abandonaram o uso de glifosato ou têm planos para o abandonar, o que significa que deixar de usar este pesticida é não só uma necessidade mas também uma possibilidade. Odivelas deve estar na linha da frente da proteção da saúde da população e deixar de lado o uso deste composto.

C) A Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro (AIIC) da Organização Mundial de Saúde (OMS), na sequência de um estudo realizado em março de 2015, por 17 especialistas, de 11 países, intitulado intitulado “*Carcinogenicity of tetrachlorvinphos, parathion, malathion, diazinon, and glyphosate*”, classificou o glifosato como “carcinogénico provável para o ser humano” (Grupo 2A).

D) O glifosato é o herbicida mais utilizado no país e também no planeta.

E) A investigação da AIIC identificou a relação entre a exposição ao herbicida e o Linfoma não-Hodgkin. Este tipo de cancro de sangue é dos que mais se registam em Portugal, com cerca de 1.700 novos casos por ano, de acordo com os dados disponibilizados pela Liga Portuguesa Contra o Cancro.

F) A Ordem dos Médicos considerou inaceitável a inação do governo ao não proibir o glifosato, e com isso poder evitar casos de cancro (ver editorial do Boletim de Julho/Agosto 2015 (nº 161) da Ordem dos Médicos, assinado pelo Dr. José Manuel Silva);

G) Já em Março de 2014, a Quercus e a Plataforma Transgénicos Fora lançaram um apelo público para que as autarquias portuguesas deixem de usar glifosato nos espaços urbanos, alertando para o risco ambiental e para a saúde pública desta prática generalizada no país.

H) O glifosato representa um risco para a saúde pública. É imperioso a promoção de espaços públicos sem glifosato

e livres de pesticidas com o recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros. É essencial proteger a saúde pública e o ecossistema. Nesse sentido apresentamos a presente proposta de recomendação. A população de Odivelas não pode ser exposta a este carcinogénico nos espaços públicos quando há alternativa.

I) Na sequência do Requerimento 183/XIII/1AL de 12 de janeiro veio a Assembleia da República solicitar à Câmara Municipal de Odivelas (CMO) informações relativamente a:

- Serviços municipais que utilizem glifosato, bem como os serviços contratados pela autarquia neste âmbito;
- A quantidade anual utilizada de pesticidas com glifosato;
- Caso se registre a utilização de glifosato, o plano da autarquia no sentido de abandonar esse uso e implementar outros métodos.

J) Em resposta ao referido requerimento cumpre informar a resposta do executivo municipal da CMO na Saída 2016/5037 de 1 de Março de 2016, a qual se transcreve na íntegra:

“Relativamente à manutenção dos espaços verdes, as aplicações efetuadas eram pontuais e em quantidades insignificantes, uma vez que a CMO dava preferência à munda manual ou aos métodos mecânicos, tais como a utilização de motorroçadoras. Atualmente existe uma prestação de serviços adjudicada a uma empresa, a qual informou que recorre à utilização de herbicidas com glifosato, numa quantidade anual de 14.350 litros.

A empresa demonstrou total disponibilidade para eliminar a utilização daquele herbicida, substituindo-o por meios manuais ou mecânicos.

No que diz respeito à limpeza e desobstrução de linhas de água e respetivas margens deixaram de ser usados herbicidas há cerca de 10 anos, dando também preferência ao uso de maquinaria e métodos manuais.

Relativamente à limpeza urbana, na área adjudicada pela CMO a empresa prestadora de serviços informa que foram utilizados cerca de 210 litros de glifosato, durante o ano de 2015.”

K) Odivelas trata o equivalente a 92% da área do concelho com a dose máxima.

L) Um dos estudo realizado por um conjunto de organizações não governamentais da área do ambiente apresentou resultados muitíssimo preocupantes, o qual revela que, em Portugal, a prevalência do glifosato no sangue e urina das pessoas está em níveis altíssimos, por padrões internacionais.

M) Em abril, o Parlamento Europeu tinha defendido a renovação da autorização para comercializar glifosato por somente 7 anos, contra os 15 anos inicialmente previstos.



N) Numa ação política em vésperas da decisão sobre a reautorização do uso do glifosato na Europa, um grupo de eurodeputados belgas convidou colegas de vários partidos e nacionalidades para testar os níveis de glifosato presentes na sua urina. A experiência também foi proposta ao presidente da Comissão Europeia Jean Claude Juncker, mas o convite ficou sem resposta.

O) Segundo o diário francês Le Monde, o resultado das 48 análises realizadas, revelou uma taxa média 17 vezes acima do permitido para a água potável, com alguns dos eurodeputados a acusarem 35 vezes esse nível.

P) Durante o dia de ontem e hoje, tem estado reunido um comité com representantes dos países da UE para decidir sobre o futuro do uso do glifosato presente em herbicidas como o Roundup, da multinacional Monsanto.

Q) Em Portugal está a decorrer uma petição contra o uso de glifosato, a qual tem já mais de 15 mil assinaturas.

R) O Bloco de Esquerda já tinha apresentado uma proposta sobre este assunto na Assembleia da República, que proibia todas as utilizações de herbicidas com glifosato, ou seja, nos espaços públicos, mas também na agricultura. Na altura, o PCP e o PS abstiveram-se e os partidos de direita PSD e CDS votaram contra.

S) A nova proposta de projeto lei do Bloco sobre o problema de contaminação pública foi discutida em plenário da Assembleia da República nesta quarta-feira. O PCP juntou-se ao PSD e ao CDS para chumbar o projeto de lei, o qual proibia o uso do glifosato no espaço público. Há apenas um mês, o PCP absteve-se na proposta do Bloco para proibir o glifosato no espaço público e na agricultura. Agora mudou de posição perante uma proposta mais limitada.

T) BE, PS, PEV e PAN votaram ontem a favor, para garantir que um pesticida cancerígeno não continuasse presente nas nossas vidas, estando como tal à altura da responsabilidade do momento.

U) Esperamos hoje, em consonância com as posições assumidas pelo Partido Socialista e pelo Partido Ecologista os Verdes a nível nacional e seguindo aquilo que nos parecem significar as palavras do presidente Hugo Martins, na resposta dada à Assembleia da República, as quais demonstram já uma abertura a que as empresas prestadoras de serviço passem a usar métodos manuais ou mecânicos assumindo assim uma posição de responsabilidade e real preocupação com o bem - estar e saúde dos munícipes do nosso concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 19 de Maio de 2016, delibera recomendar à Câmara Municipal de Odivelas:

1. Que estude e implemente definitivamente um plano alternativo à utilização de glifosato, promovendo espaços públicos livres de pesticidas, com recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros;

2. Que sensibilize e pressione as Juntas de Freguesia do Concelho de forma a que as mesmas apliquem o respetivo estudo ou programa, atrás exposto, nos seus serviços ou às empresas contratualizadas para os efeitos;

3. Que abandone em definitivo a utilização de pesticidas à base de glifosato em espaços públicos no concelho de Odivelas;

4. Que se declare como “Autarquia com espaços públicos livres de glifosato”.

5. Remeter a presente recomendação para os órgãos de soberania, aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República e respetivas Comissões Parlamentares de “Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação” e de “Agricultura e Mar”, para a “Ordem dos Médicos”, “Associação Nacional de Conservação da Natureza – Quercus”, “Plataforma Transgénicos Fora” e imprensa local e nacional

(Documento apresentado pela bancada do BE - Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, PS, do CDS/PP, e Deputada Municipal Raquel Rodrigues; com os votos contra da bancada da CDU, e com a abstenção da bancada do PSD e da Deputada Lúcia Lemos)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de Maio de 2016

(Aprovado por maioria)

MOÇÕES

MOÇÃO

“POR UM NOVO RENASCIMENTO EUROPEU”

Comemorou-se no dia 9 de maio o Dia da Europa.

Motivo de regozijo constitui também uma oportunidade para refletir sobre a Europa que queremos, num período de grandes incertezas e desafios.

Qualquer que seja o resultado do referendo britânico, a Europa precisa de mudar e a questão é clara: como



enfrentar a crise económica e política, como superar a marginalização cultural e moral da Europa?

O desafio é dar motivação aos cidadãos insatisfeitos e desorientados, construindo um projeto de esperança no futuro.

Sem esse projeto de esperança, corremos o risco de um crescimento exponencial do populismo e do radicalismo, que nos levará a um quase aniquilamento.

Uma condição prévia para uma nova dinâmica é a consciência dos sucessos e êxitos comuns; a União Europeia constitui uma entidade política, económica e social inclusiva, democrática e pacífica nunca antes conhecida pela Humanidade.

Por isso, é imperioso conservar os valores europeus e reforça-los, como fonte de progresso.

Para restabelecer a confiança mútua e desenvolver uma dinâmica positiva, consideramos necessário adotar seis iniciativas estratégicas:

1. Reforçar a democracia na Europa. Não é possível uma Europa com Estados que não respeitem a democracia;
2. Preservar a defesa e a segurança na Europa, defendendo os cidadãos, enfrentando o terrorismo. Para tal, é necessário mais cooperação entre os diversos países;
3. Gerir de forma correta o fluxo de migrantes. É inegável que a Europa não pode receber todos os migrantes, mas os que forem recebidos devem ser integrados na sociedade, em vez de ficarem isolados;
4. Relançar o crescimento, criando empregos locais e fomentando a competitividade;
5. A Eurozona deve ser fortalecida;
6. Democratizar o “Erasmus”, expandindo os horizontes culturais de todos os jovens europeus.

Estas seis iniciativas contribuirão para a mobilização dos cidadãos europeus em torno de um projeto credível e necessário.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 19/05/2016, expressa a sua convicção de que o novo Renascimento Europeu é não só necessário como constitui condição de sobrevivência para a Europa.

Por isso, concita os cidadãos a defenderem o projeto europeu, com o qual nos identificamos, bem como apela à adoção das iniciativas estratégicas referidas.

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, PS e PSD, com os

votos contra da bancada da CDU, e com a abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de Maio de 2016

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

“PELO INVESTIMENTO SIM, MAS NA ESCOLA PÚBLICA”

Antes do 25 de abril, a educação era um privilégio que poucas famílias podiam pagar.

A democracia reconheceu que todas as crianças têm direito a estudar e como tal o acesso à escola deixou de depender do bolso das famílias e tornou-se um dever de todos, da sociedade e do Estado.

Nos anos 80, a escola era obrigatória para todos mas não existiam salas de aula suficientes.

O Estado construiu uma rede nacional de escolas públicas, mas enquanto o plano não estava completo, era necessária uma solução temporária.

Como os colégios privados só aceitavam quem podia pagar, o Estado pagava às escolas privadas ou às cooperativas de ensino para receberem os alunos que ainda não tinham uma escola pública ao pé de sua casa.

Foi assim que nasceram os contratos de associação entre o Estado e os colégios privados.

O Estado celebra contratos de diversos tipos com entidades titulares de estabelecimentos de ensino particular, em cumprimento das suas atribuições e competências, nomeadamente, de promoção e garantia da liberdade de escolha e da qualidade da educação e formação, de cooperação e de apoio às famílias.

Os contratos de associação são celebrados com escolas particulares, com vista à criação de oferta pública de ensino, ficando estas escolas obrigadas a aceitar a matrícula de todos os alunos até ao limite da sua lotação, seguindo as prioridades idênticas às estabelecidas para as escolas públicas. O contrato de associação tem por fim possibilitar a todos os alunos a frequência de escolas do ensino particular em condições idênticas às do ensino público, no respeito pela especificidade do respetivo projeto educativo.



Infelizmente, ainda há zonas onde nunca foi instalada a escola pública e, nessas, é necessário manter estes contratos com colégios privados.

Mas há uma grande parte destes contratos que estão feitos com colégios situados em zonas onde já existem escolas públicas, pagas pelo Orçamento do Estado.

Então, se já há escola pública, porque é que o Estado continua a pagar a estes colégios privados mais de 80 mil euros por cada turma?

Se estas turmas podem estar em boas escolas públicas que já existem e estão quase vazias de alunos, por que é que vamos por os contribuintes a pagar os lucros de colégios privados?

Isto só tem um nome: Abuso.

Vejamos o caso da cidade de Coimbra.

O governo PSD/CDS prometeu aos donos de 5 colégios pagar 14 novas turmas de início de ciclo.

Contas aproximadas: 14x80mil = 1,1 milhão de euros

Na mesma cidade, há 7 escolas básicas que estão a ficar vazias enquanto o Estado paga aos colégios para ficarem com os alunos.

Este exemplo é só a ponta do iceberg.

Nos últimos 15 anos, o Estado pagou mil milhões de euros em contratos de associação.

Enquanto o financiamento dos colégios aumentava, só nos últimos 5 anos, cortou-se como nunca no ensino público e na ação social escolar, fecharam-se escolas públicas e reduziu-se 30 mil professores.

Cumprindo a lei, onde não há carência, não podem haver contratos.

A lei 9/79 (Lei de bases do ensino particular e cooperativo) expressa na totalidade o pressuposto único e absoluto de “carência”.

A tão falada “Liberdade de escolha” ou a opção das famílias entre o ensino público e o privado, não se faz através de contratos de associação.

Como estabelece o nº 2 do artigo 16 do Estatuto de 2013, os contratos de associação são celebrados com vista à criação de oferta de ensino, o que só se pode compreender na lógica da atenuação das lacunas e carências da rede pública.

Isto são palavras do anterior governo PSD\CDS.

Estavam certas na altura, apesar de nada terem feito, e estão certas agora que algo tem mesmo de ser feito

Qualquer assunção de compromissos plurianual, que obrigue o estado a abrir contratos quando não há carência é ilegal.

As novas regras para os contratos de associação garantem aos alunos que não terão de mudar de escola a meio do ciclo.

E acima de tudo e de qualquer interesse, garantem ao país o fim do abuso.

Os nossos impostos vão deixar de pagar uma renda aos donos dos colégios privados e vão passar a ser investidos na escola pública que é de todos.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em plenário no dia 19 de Maio de 2016, delibera:

1. Expressar o seu apoio, saudando a estrita aplicação da lei por parte do Ministério da Educação, no que concerne ao investimento e apoio à escola pública universal e de todos nós.
2. Enviar esta moção aos órgãos de soberania, aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República e à comunicação social

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PS e com os votos contra das bancadas do CDS/PP e do PSD)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de Maio de 2016

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

“PELO ENCERRAMENTO DA CENTRAL NUCLEAR DE ALMARAZ”

Considerando que:

- 1) A central nuclear de Almaraz, no Estado Espanhol, é a central nuclear mais próxima de Portugal. Situa-se a apenas uma centena de quilómetros da fronteira. Os dois reatores nucleares entraram em funcionamento em 1981 e 1983, sendo dos mais envelhecidos do Estado Espanhol, o que levanta preocupações, agravadas pelos sucessivos incidentes registados.



2) A Central teve o seu encerramento foi previsto para 2010, mas o Governo do Estado espanhol prolongou-o até 2020;

3) São conhecidos os recorrentes acidentes na mesma Central como são exemplos o incêndio num transformador situado no exterior da Unidade, e uma varia nos equipamentos, no passado mês de Fevereiro;

4) No início deste ano, cinco inspetores do Conselho de Segurança Nuclear do Estado Espanhol vieram a público quebrar o silêncio. Depois da última vistoria à central nuclear, motivada por repetidas avarias nos motores das bombas de água, ficou claro que o sistema de refrigeração não dá garantias suficientes e que, dizem os técnicos, coloca sério risco de segurança;

5) Almaraz é apresentada pela Greenpeace como um caso extremo. A central não cumpre pontos essenciais: não tem válvulas de segurança e sistemas de ventilação filtrada para prevenir uma explosão de hidrogénio como a que ocorreu em Fukushima; não tem dispositivo eficaz para contenção da radioatividade em caso de acidente grave; não tem avaliação de riscos naturais; não está sequer prevista a implantação de um escape alternativo para calor;

6) A Assembleia da República mostrou já a sua preocupação com esta situação tendo por isso aprovado, no passado dia 29 de Abril, dois Projetos de Resolução, neste sentido;

7) Direta ou Indiretamente, a área Metropolitana, Distrito e a Cidade de Lisboa é banhada pelo Rio Tejo, e situa-se no limite da Reserva Natural do Estuário do Tejo, a maior zona húmida do país e uma das mais importantes da Europa. É o maior estuário da Europa Ocidental, e alberga regularmente 50 mil aves aquáticas invernantes.

8) No passado dia 24 de Abril decorreu, em Mérida, o primeiro encontro ibérico do movimento pelo encerramento da central nuclear de Almaraz, que juntou participantes de 20 organizações políticas e ambientalistas de Portugal e de Espanha.

9) Deste encontro saiu a decisão de convocar um protesto ibérico marcado para Cáceres no próximo dia 11 de junho.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 19 de Maio de 2016, delibera:

1. Manifestar apoio às organizações que se mobilizam pelo encerramento da central nuclear de Almaraz e saudar a iniciativa de 11 de Junho.

2. Enviar esta moção aos órgãos de soberania, aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República e à comunicação social

(Documento apresentado pela bancada do BE - Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, CDU e do BE, e com os votos contra da bancada do PSD, e com a abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de Maio de 2016

(Aprovado por maioria)

VOTOS DE PESAR

VOTO DE PESAR

“PELO FALECIMENTO DE PAULO VARELA GOMES”

Paulo Varela Gomes deixou-nos no passado dia 30 de abril, aos 63 anos.

Nascido em Lisboa, em 1952, Paulo Varela Gomes era licenciado em História pela Universidade de Lisboa, mestre em História de Arte pela Universidade Nova de Lisboa, e doutorado em História da Arquitetura pela Universidade de Coimbra, de que era Professor Associado, no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Dela se despediu em 2012, com uma última lição, *Do Sublime em Arquitetura*.

Provocador, mas afetivo, acutilante, mas sedutor, Paulo Varela Gomes beneficiou do respeito e da admiração que gerações de estudantes nutriam por ele.

Estudantes que, de forma brilhante, cativou para a arquitetura, quer com os ensaios e críticas que escreveu, quer com os documentários de que foi autor e apresentador (como *O Mundo de Cá*, sobre as civilizações que os portugueses encontraram quando chegaram à Índia e ao Ceilão, e *Malta Portuguesa*, sobre as relações ocultas entre Portugal e Malta).

Varela Gomes foi militante do Partido Comunista até meados dos anos 80, partido de que se desvinculou para fundar o Movimento Política XXI.

Filho de lutadores antifascistas, politicamente empenhado desde a juventude, foi, até ao último dos seus dias, um espírito livre, um “*comunista patriota*”, como o próprio se definia.

Autor de obras de referência no domínio da arte e da arquitetura, Paulo Varela Gomes dedicou-se, nos últimos anos, em exclusivo à literatura, publicando um livro de



crónicas e quatro romances, todos aclamados pela crítica: *Ouro e Cinza* (2014), *O Verão de 2012* (2014), *Era Uma Vez em Goa* (2015) e *Passos Perdidos* (2016), recebendo, com *Hotel*, de 2014, o Prémio do PEN Clube.

Delegado da Fundação Oriente em Goa, entre 1996-1998 e 2007-2009, era uma das maiores e mais respeitadas vozes sobre a cultura indiana e sobre a presença portuguesa na Índia e noutros países do Oriente.

Em *Morrer é mais difícil do que parece*, Varela Gomes resumiu a vida como «(...) *uma espécie de maré pacífica, um grande e largo rio. Na vida é sempre manhã e está um tempo esplêndido* (...)». E «*o amor, que é o outro nome da vida, não me deixa morrer às primeiras: obriga-me a pensar nas pessoas, nos animais e nas plantas de quem gosto*».

Foi numa manhã que partiu Paulo Varela Gomes, deixando um legado notável à Universidade e à cultura portuguesa.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 19 de Maio de 2016, delibera:

Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Paulo Varela Gomes e apresentar as suas mais sentidas condolências à família.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de Maio de 2016

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR

“PELO FALECIMENTO DE RUI D'ESPINEY”

Rui D'Espiney foi um destacado lutador antifascista. Nasceu em Moçambique e o seu percurso político começou como militante do PCP até 1962.

Dois anos mais tarde fundou, com Francisco Martins Rodrigues e com João Pulido Valente, o Comité Marxista-Leninista Português/Frente de Ação Popular (CMLP/FAP).

O sociólogo esteve exilado em França e na Argélia, regressou a Portugal em junho de 1965.

Pouco depois foi preso pela PIDE que o torturou e espancou barbaramente.

Como contou o próprio Rui D'Espiney, em dada altura do cativeiro fizeram entrar a sua mulher e ela foi incapaz de o reconhecer, tais eram as nódoas negras e o sangue na cara.

A exclamação dela, “Enganaram-se na pessoa, este não é o meu marido!”, deu conta da brutalidade com que foi tratado.

O cativeiro só terminou com a revolução de 25 de abril de 1974.

Em 74/75, Rui d'Espiney participou na formação da UDP e, nesse período, foi seu dirigente.

Depois de 1974, Rui d'Espiney vivia em Setúbal, coordenou vários projetos de desenvolvimento comunitário e educativo, fundou e foi diretor do Instituto das Comunidades Educativas e da ADELE - Associação para o Desenvolvimento Educativo Local na Europa.

Lutador e combativo até ao fim dos seus dias Rui d'Espiney deixa uma marca fortíssima à história recente do país, aos portugueses e portuguesas e a todos e todas que continuam a luta anti-fascistas em Portugal e no estrangeiro.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 19 de Maio de 2016, delibera:

Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Rui d'Espiney e apresentar as suas mais sentidas condolências à família.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de Maio de 2016

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE SAUDAÇÃO

VOTO DE SAUDAÇÃO

“AOS TRABALHADORES DO PORTO DE LISBOA”

Pela bancada do BE, foi apresentado um Voto de Saudação “Aos Trabalhadores do Porto de Lisboa”, (documento nº 11), que será transcrito em ata. Colocado à votação foi o mesmo Rejeitado por Maioria, com os votos contra das bancadas do PS e do PSD, com os votos



a favor das bancadas do BE e da CDU; e com abstenção da bancada do CDS/PP e da Deputada Carla Silva.

(Rejeitado por maioria)

RETIRADA DE PONTOS

RETIRAR PONTOS DA ORDEM DO DIA DA PRESENTE SESSÃO

Dado o adiantado da hora, o senhor Presidente, em Exercício, da Assembleia Municipal, colocou à consideração plenário retirar os pontos: Ponto 1 – Atividade e Situação Financeira do Município; Ponto 2 – Proposta de Regulamento de Alienação de Fogos Municipais do Município de Odivelas – Aprovação do Projeto de Regulamento; Ponto 3 - Proposta de Abertura de Procedimentos Concurrais para Cargos de Direção Intermédia de 1º e 2º Grau; Ponto 4 - Processo de Aquisição de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança em Instalações de Administração Direta e Indireta do Município de Odivelas, para Autorização de Despesa Plurianual; Ponto 5 - Processo de Aquisição de Prestação de Serviços de Limpeza e Fornecimento de Consumíveis de Higiene e Limpeza nas Instalações do Município de Odivelas para Autorização de Despesa Plurianual; Ponto 6 – Aprovação das Atas da Assembleia Municipal: números 14, 18, 21, 22, 23 e 24, respeitantes ao ano de 2015. Os pontos retirados serão deliberados na próxima sessão da Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)



ANEXO

PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES



Plano de Ação Social e Transportes Escolares



Plano de Ação Social e Transportes Escolares

O Plano de Ação Social e Transportes Escolares estabelece e enquadra os critérios e as condições de acesso e de atribuição dos apoios sociais, a implementar pela Câmara Municipal de Odivelas, nesta matéria.

Este plano tem por base um conjunto de preceitos legais definidos pela legislação em vigor nesta matéria, bem como por determinações decorrentes de opções tomadas pela Câmara Municipal, de caráter facultativo, e surge da necessidade de uniformizar os critérios e os procedimentos a adotar no âmbito da atribuição de apoios socioeducativos e de transportes escolares aos alunos que frequentam as escolas da rede pública do Concelho de Odivelas.

Considerando:

- O princípio de que o ensino básico é universal, obrigatório e gratuito, nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de agosto, alterada pela Lei nº 85/2009, de 27 de agosto, 49/2005, de 30 de agosto, 115/1997, de 19 de setembro);
- O desenvolvimento geral da educação pré-escolar, estabelecido na Lei -Quadro n.º 5/1997, de 10 de fevereiro e das regras constantes no Decreto-Lei n.º 147/1997, de 11 de junho;
- O Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o qual estabelece as condições de financiamento e participação da Câmara Municipal no programa, e que tem por base o Programa de Expansão e Desenvolvimento na Educação Pré-Escolar;
- A transferência de atribuições e competências em matéria de Ação Social e Transportes Escolares para os municípios, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e outra legislação específica sobre a matéria;
- O regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar estabelecido na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto;
- A definição de apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, destinados aos alunos com necessidades educativas especiais, com regulamentação pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 21/2008, de 12 de maio;



- O regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, enquanto modalidades de apoio e complemento educativo, previstas no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, e outra legislação subsequente, são de responsabilidade partilhada entre a administração central e os municípios, nos termos do presente Decreto-Lei e da demais legislação que regula as respetivas áreas de competência;

- O Decreto - Lei nº 176/2012, de 2 de agosto, que regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e jovens e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos, procedendo ainda à alteração ao Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, alterado pela Lei nº 13/2006, de 17 de abril, e pelos Decretos-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, 186/2008, de 19 de setembro, e 29-A/2011, de 1 de março, que regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de transportes escolares;

- A definição dos escalões de apoio de acordo com o posicionamento do agregado familiar por referência ao abono de família efetuada em regulamento próprio através do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 41/2006, de 1 de fevereiro, 87/2009, de 28 de maio, 245/2008, de 18 de dezembro, 201/2009, de 28 de agosto, 70/2010, de 16 de junho, 116/2010, de 22 de outubro, e 133/2012, de 27 de junho.

Tendo presente os princípios gerais da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, subjacentes à atribuição dos apoios e ao funcionamento das medidas da ação social escolar, no sentido de criar melhores condições de ensino aprendizagem e de proporcionar condições de igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar a todas as crianças e jovens do concelho, a elaboração e implementação de um **Plano de Ação Social e de Transportes Escolares**, afigura-se neste contexto, como um instrumento fundamental para proceder à identificação das diferentes modalidades de apoio.

Objetivos das Medidas a Implementar

- Promover medidas de discriminação positiva e de combate à exclusão social;
- Promover a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar;
- Promover medidas de integração das crianças e jovens com deficiência;
- Prevenir o insucesso educativo e o abandono escolar precoce;
- Criar condições para assegurar a progressiva gratuitidade do ensino básico;
- Articular as políticas sociais com as políticas de Apoio à Família;
- Integrar medidas que uniformizem as medidas de ação social escolar para as crianças que frequentam a educação pré-escolar e para os alunos que frequentam o ensino básico, secundário e profissional.



Modalidades de Apoio

I. Apoios Socioeducativos:

a) Auxílios Económicos – Consiste na atribuição de um apoio financeiro para os alunos que frequentam as escolas do 1.º ciclo do ensino básico do Concelho, cuja situação socioeconómica determina a necessidade de comparticipação das despesas com a aquisição de manuais e material escolar.

b) Tecnologias de Apoio – Consiste na atribuição de um apoio financeiro para os alunos com Necessidades Educativas Especiais que frequentam as escolas do 1.º ciclo do ensino básico do Concelho, destinado a comparticipar a aquisição de dispositivos facilitadores de aprendizagem, com vista a melhorar a sua funcionalidade e a reduzir eventuais incapacidades decorrentes da situação em que se encontram

II. Refeições Escolares – Traduz-se na oferta do serviço de três refeições diárias (pequeno-almoço, almoço e lanche), saudáveis, equilibradas e adequadas às necessidades da população escolar em refeitórios escolares e, na comparticipação, do custo das refeições de acordo com a situação socioeconómica dos agregados familiares das crianças e alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar e do 1.º ciclo, da rede pública do Concelho.

III. Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) – Traduz-se na comparticipação do custo da mensalidade paga pelas famílias, de acordo com a situação socioeconómica dos agregados familiares, para que as crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública possam frequentar as AAAF, que são atividades complementares às atividades educativas, e a funcionar em horários ajustados às necessidades das famílias.

IV. Transportes Escolares – Consiste na atribuição do passe escolar e/ou na oferta do serviço de transporte escolar, aos alunos que residam no Concelho de Odivelas, que frequentam escolas do ensino básico, secundário e profissional, e que cumpram as normas emanadas pelo Ministério da Educação e Ciência respeitantes ao processo de matrícula e seu encaminhamento.



ANEXO I

NORMAS DOS APOIOS SOCIOEDUCATIVOS

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

I

(Do Objeto)

As presentes Normas regulam as condições de atribuição dos subsídios de Auxílios Económicos e de Tecnologias de Apoio.

II

(Da Natureza)

1. O apoio em Auxílios Económicos traduz-se na atribuição de um subsídio destinado a comparticipar anualmente a aquisição do material escolar para os alunos carenciados, bem como na atribuição de manuais escolares e outros recursos pedagógicos.
2. O apoio em Tecnologias de Apoio traduz-se na atribuição de um subsídio destinado a comparticipar, anualmente, a aquisição de dispositivos facilitadores que se destinam a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade dos alunos, com Necessidades Educativas Especiais (NEE) com programa educativo individual, organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.
3. São considerados para efeitos da atribuição do subsídio para Tecnologias de Apoio, os recursos pedagógicos de apoio complementar, devidamente identificados e justificados no programa educativo individual do aluno, pela Equipa de Educação Especial.

III

(Dos Destinatários)

1. São destinatários dos Auxílios Económicos, os alunos do 1º ciclo do ensino básico que frequentam as escolas da rede pública do Concelho de Odivelas, cujos agregados familiares são considerados carenciados.
2. São ainda destinatários do subsídio de Auxílios Económicos, os alunos do 1º ciclo do ensino básico das escolas da rede pública do Concelho de Odivelas, com Necessidades Educativas Individuais (NEE) e com programa educativo individual, e cujas necessidades educativas especiais permitam a utilização da generalidade dos materiais considerados para efeitos da comparticipação na aquisição do Material Escolar para os restantes alunos.



3. São destinatários das Tecnologias de Apoio, os alunos do 1º ciclo do ensino básico, com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e com programa educativo individual, que frequentem modalidades específicas de educação, e cujas necessidades educativas especiais impliquem a utilização de materiais específicos facilitadores das aprendizagens individuais.

CAPÍTULO II

Escalões, Candidatura e Participação

IV

(Dos Escalões de Apoio)

1. O escalão de apoio para atribuição dos auxílios económicos aos alunos que frequentam as escolas do 1º ciclo do ensino básico é determinado pelos escalões de apoio que são definidos de acordo com o posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família:
 - a. Escalão A
 - i. Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 1º escalão, para efeitos de atribuição de abono de família;
 - ii. Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), e com programa educativo individual, em que as suas necessidades educativas especiais permitam a utilização da generalidade dos materiais considerados para efeitos da comparticipação na aquisição do Material Escolar, aos restantes alunos (neste caso não usufruem da modalidade de apoio das Tecnologias de Apoio).
 - b. Escalão B – Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de atribuição de abono de família.
2. O escalão de apoio para atribuição das Tecnologias de Apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), de carácter permanente, com programa educativo individual, que frequentam modalidades específicas de educação no 1º ciclo do ensino básico, e cujas necessidades educativas especiais impliquem a utilização de materiais específicos facilitadores de aprendizagens individuais, é o escalão mais favorável.



V

(Das Candidaturas)

1. A candidatura aos apoios sócio Educativos é efetuada nos agrupamentos de escolas, a partir da data de início das matrículas nos estabelecimentos de ensino, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, enviados pela Câmara Municipal de Odivelas.
2. Os formulários de candidatura encontram-se, igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em www.cm-odivelas.pt.
3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar de forma atempada, a divulgação das condições de candidatura aos potenciais destinatários dos apoios sócio educativos, bem como, do resultado do processo de candidatura.
4. Após o devido preenchimento, os Formulários deverão ser entregues nos Serviços de Ação Social Escolar (SASE) dos agrupamentos de escolas, serviço, a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar dos alunos, nos termos da legislação em vigor.
5. Os Formulários de Candidatura acompanhados dos respetivos documentos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos) constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, dos respetivos agrupamentos de escolas.
6. As candidaturas ao subsídio em tecnologias de apoio deverão ser acompanhadas por uma justificação formal por parte do Núcleo de Ensino Especial do Agrupamento de Escolas, com a indicação expressa dos materiais a utilizar, sem a qual a candidatura será considerada sem efeito.
7. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os agrupamentos de escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (geral@cm-odivelas.pt), o formulário específico de apoio, devidamente preenchido.
8. A receção das candidaturas é precedida pela confirmação das mesmas pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas, após a qual é efetuado o processamento do respetivo apoio socioeducativo, sendo remetida para o agrupamento de escolas, uma listagem dos alunos admitidos, em formato digital, por modalidade de apoio.



9. O prazo limite para a receção das candidaturas aos apoios socioeducativos, nos agrupamentos de escolas, termina a 15 de julho.

10. Considerando as mobilidades que ocorrem no sistema educativo, durante o 1º período letivo, estabelecem-se dois prazos suplementares de candidatura:

- a. Receção de candidaturas nos agrupamentos de escolas a decorrer entre 15 de julho e 15 de setembro, com data limite para receção das candidaturas na Câmara Municipal de Odivelas, até 30 de setembro;
- b. Receção de candidaturas nos agrupamentos de escolas a decorrer entre 16 de setembro e 15 de novembro, com data limite para receção das candidaturas na Câmara Municipal de Odivelas, até 30 de novembro.

VI

(Das Comparticipações Financeiras)

- 1. O valor do subsídio de Auxílios Económicos a atribuir aos alunos, destinado à aquisição de material escolar, é definido anualmente em Despacho do Ministério da Educação, de acordo com os escalões de apoio, considerados da seguinte forma:
 - a. Escalão A – comparticipação de 100% sobre o valor fixado anualmente;
 - b. Escalão B – comparticipação de 50% sobre o valor fixado anualmente para o escalão A.
- 2. O valor do subsídio destinado a participar a aquisição de Tecnologias de Apoio, a atribuir aos alunos com NEE, é fixado anualmente pela Câmara Municipal de Odivelas, tendo como referência o cálculo do valor médio dispendido com a atribuição de auxílios económicos e manuais escolares.
- 3. Os montantes dos subsídios relativos aos Auxílios Económicos e Tecnologias de Apoio, após validação e confirmação das candidaturas pela Câmara Municipal de Odivelas, são transferidos para os agrupamentos de escolas, de acordo com o número de alunos considerados e o respetivo escalão de apoio.
- 4. Anualmente, os agrupamentos de escolas informam a Câmara Municipal de Odivelas, da modalidade utilizada pelos mesmos, para disponibilizarem as verbas destinadas aos subsídios de Auxílios Económicos e às Tecnologias de Apoio, aos encarregados de educação.
- 5. Após receção da verba destinada a estes subsídios pelos agrupamentos de escolas, estes remeterão cópia dos recibos de entrega de verba e/ou de compra de material, com a



assinatura do Encarregado de Educação e do responsável da Secretaria Tesouraria dos agrupamentos de escolas.

6. Os valores não reclamados pelos encarregados de educação deverão ser devolvidos à Câmara Municipal de Odivelas, ao cuidado do Tesoureiro da Câmara Municipal, com os seguintes elementos: listagem nominal dos alunos que não efetuaram o levantamento da verba; estabelecimento de ensino e ano de escolaridade de frequência dos alunos; escalão de apoio e montante atribuído por aluno.



ANEXO II

NORMAS DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

I

(Do Objeto)

As presentes normas regulam as regras e procedimentos aplicáveis ao fornecimento de refeições, em refeitórios escolares, sob gestão da Câmara Municipal de Odivelas.

II

(Do Objetivo)

O fornecimento de refeições, em refeitórios escolares, tem como objetivo, proporcionar refeições equilibradas e adequadas às necessidades das crianças em idade escolar, desenvolver hábitos alimentares saudáveis, e contribuir para a promoção do sucesso escolar e a prevenção da exclusão social,

III

(Da Natureza)

1. O fornecimento de refeições, em refeitórios escolares, é assegurado pela Câmara Municipal de Odivelas, mediante a concessão do serviço a empresa de restauração coletiva, na observância pela legislação em vigor e em orientações do Ministério da Educação.
2. O fornecimento de refeições, em refeitórios escolares, traduz-se na distribuição de 3 refeições diárias (pequeno-almoço, almoço e lanche) nos jardins-de- infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, do Concelho de Odivelas.

IV

(Dos Destinatários)

Beneficiam do fornecimento de refeições escolares, em refeitórios escolares:

1. Todas as crianças dos Jardins de Infância e todos os alunos das escolas do 1º ciclo do ensino básico, independentemente da condição socioeconómica do seu agregado familiar;
2. Caso o pessoal docente e/ou não docente do estabelecimento de ensino pretenda usufruir do serviço de refeições, deverão fazer diretamente a sua reserva e respetivo pagamento, diretamente com a empresa que efetua o serviço, não auferindo de qualquer participação por parte da Câmara Municipal de Odivelas.



V

(Da Divulgação)

O fornecimento de refeições escolares, em refeitórios escolares, implica uma estreita articulação entre os serviços da Câmara Municipal de Odivelas e os Agrupamentos de Escolas, sobretudo no que se refere à divulgação das normas de acesso às refeições escolares junto dos pais e encarregados de educação, no ato ou renovação da matrícula, das crianças do pré-escolar e dos alunos do 1º ciclo.

CAPÍTULO II

Acesso, Escalões e Comparticipação das Refeições Escolares

VI

(Do Processo de Candidatura)

1. O acesso ao fornecimento das refeições escolares, é efetivado nos agrupamentos de escolas, através do preenchimento e da entrega de Formulário de Candidatura próprio, disponível nos agrupamentos de escolas, e no site da Câmara Municipal de Odivelas (www.cm-odivelas.pt).
2. O acesso ao fornecimento das refeições escolares, pode ser efetuado a todo o tempo, bastando para o efeito, que os pais e/ou encarregados de educação efetuem a inscrição da criança/aluno e o preenchimento do respetivo Formulário de Candidatura, junto dos Serviços de Ação Social Escolar (SASE) dos agrupamentos de escolas.
3. Os Formulários de Candidatura, devidamente preenchidos e acompanhados dos respetivos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador do vencimento), são entregues nos Serviços de Ação Social Escolar (SASE), e constituem parte integrante do processo individual do aluno.
4. A instrução dos processos de candidatura, a análise da condição socioeconómica dos agregados familiares, nos termos da legislação em vigor, a validação das candidaturas e a emissão de listagem de alunos apoiados por escalão, são da responsabilidade do SASE.
5. Após verificação das candidaturas os agrupamento de escolas procederão à sua inserção em plataforma informática para efeitos de validação por parte da Câmara Municipal de Odivelas, e posterior articulação com a empresa de restauração coletiva para efeitos de venda das senhas de refeição.



VII

(Dos Escalões de Apoio)

1. O acesso ao fornecimento de refeições escolares processa-se de acordo com os apoios previstos no âmbito da ação social escolar, os quais são determinados em função do escalão de abono de família em que o agregado familiar se insere:
 - a. Escalão A – Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 1.º escalão para efeitos de abono de família;
 - b. Escalão B – Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de abono de família;
 - c. Escalão C – Alunos cujos agregados familiares se integrem nos restantes escalões para efeitos de atribuição de abono de família.
2. A comparticipação das famílias, na aquisição das senhas de refeição, é variável em função do escalão de apoio em que o agregado familiar se posiciona:
 - a. Escalão A – Gratuito (escalão 1 do abono de família);
 - b. Escalão B – 50% do valor da senha de refeição (escalão 2 do abono de família);
 - c. Escalão C – 100% do valor da senha de refeição (escalões 3 e seguintes do abono de família).
3. Os alunos com Necessidades Educativas Especiais do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, bem como outros alunos que, de acordo com legislação própria, possam vir a estar incluídos, beneficiam do escalão de apoio mais vantajoso na aquisição das senhas de refeição, independentemente do escalão do posicionamento do agregado familiar para efeitos de atribuição do abono de família, desde que cumpram os requisitos de candidatura.

VIII

(Das Comparticipações)

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa todas as refeições fornecidas em refeitórios escolares, sendo que a comparticipação no custo da refeição, tem subjacente a diferença entre o valor real da refeição e o preço a pagar pelos alunos, fixado pela Câmara Municipal de Odivelas, em conformidade com a legislação em vigor.



2. Comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas:
 - a. Escalão A – pagamento do valor real da refeição;
 - b. Escalão B – pagamento da diferença entre o valor real da refeição e o valor pago pelo aluno, nos termos estabelecidos na alínea b), do número 2), do artigo anterior;
 - c. Escalão C – pagamento da diferença entre o valor real da refeição e o valor pago pelo aluno, nos termos estabelecidos da alínea c), do número 2), do artigo anterior.

CAPÍTULO III

Fornecimento de Refeições Escolares

IX

(Da Aquisição de Refeições)

1. A aquisição das senhas de refeição (pequeno-almoço, almoço e lanche), para os alunos que beneficiam dos apoios, está condicionada à instrução correta da candidatura, à validação pela Câmara Municipal de Odivelas e à posterior articulação com a empresa de restauração coletiva, não havendo lugar a ressarcimento de verbas por senhas adquiridas num outro escalão a que não tenham direito.
2. A aquisição das senhas de refeição processa-se antecipadamente, podendo ser semanal, quinzenal e mensal, e é efetuada diretamente à empresa de restauração que fornece o serviço de refeições, através das seguintes modalidades:
 - a. Diretamente junto da empresa adjudicatária do serviço de refeições, nos estabelecimentos de ensino, nos dias e horários estabelecidos para o efeito;
 - b. Através de referência Multibanco;
 - c. Através de transferência bancária para o NIB fornecido pela empresa que efetua a prestação do serviço.
3. Em qualquer das modalidades escolhidas, a empresa, após validação do pagamento, efetua a marcação prévia das refeições (pequeno-almoço, almoço e lanche), em sistema informático, permitindo uma monitorização a todo o tempo, das senhas de refeição requisitadas.
4. As alterações de escalão só são consideradas após validação da Câmara Municipal de Odivelas, e só poderão ocorrer, no final de cada mês.



X

(Do Funcionamento do Refeitório Escolar)

1. Os refeitórios escolares funcionam nos dias úteis, e em tempo letivo, para todas as crianças do pré-escolar e alunos do 1.º ciclo do ensino básico das escolas da rede pública, encontrando-se encerrados nas interrupções letivas e férias escolares, para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico e para as crianças do pré-escolar que não frequentem as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF).
2. O refeitório escolar é um espaço que está ao serviço de todas as crianças/alunos, mesmo daqueles que, por motivos devidamente justificados, consomem uma refeição confeccionada em casa.
3. O serviço de refeições escolares funciona todos os dias letivos, nos seguintes horários:
 - a. Pequenos - almoços - imediatamente antes do início da atividade letiva;
 - b. Almoços - entre as 11h:30m e as 14h:30m;
 - c. Lanches - a partir das 15h:30m (ou de acordo com o horário dos intervalos, estipulado pelo estabelecimento de ensino).
4. A distribuição dos lanches será articulada entre a Coordenação de Estabelecimento de Educação e Ensino e a empresa responsável pelo serviço de refeição, por referência aos horários e espaços escolares específicos de cada estabelecimento, devendo ser dado conhecimento à Câmara Municipal de Odivelas.
5. No caso de se verificar alguma emergência e/ou falha no abastecimento de água, energia elétrica ou gás, o fornecimento de refeições escolares é assegurado, mediante o recurso a uma ementa composta por alternativas de produtos alimentares à base de conservas, como prato principal, pão e fruta.
6. Caso a direção do Agrupamento de Escolas decida o encerramento do estabelecimento de ensino, não haverá comparticipação da refeição aos alunos pela Câmara Municipal de Odivelas.
7. A supervisão diária do serviço de refeições é da responsabilidade do órgão de gestão do estabelecimento de ensino, pelo que qualquer questão relacionada com a organização/funcionamento do serviço e a qualidade/quantidade das refeições fornecidas deverá ser colocada à coordenação do estabelecimento de ensino, que articulará diretamente com o serviço competente da Câmara Municipal de Odivelas.



8. Os alunos devem entrar no refeitório de forma ordeira, sentar-se à mesa e acatar as indicações dadas pelos adultos, contribuindo para promover um ambiente calmo e seguro, ao longo do tempo em que decorre a refeição. O aluno deve ser informado e motivado por parte dos adultos (pessoal docente e pessoal não docente), a experimentar novos alimentos e sabores presentes nas ementas, tendo em vista a promoção e adoção de comportamentos alimentares saudáveis.
9. O espaço do refeitório escolar está interdito a pessoas estranhas ao serviço de fornecimento de refeições, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Odivelas, excetuando:
 - Trabalhadores da Câmara Municipal de Odivelas/Divisão de Educação;
 - Pessoal Não Docente afetos ao respetivo estabelecimento de ensino;
 - Pessoal Docente do respetivo estabelecimento de ensino;
 - Pessoal da empresa prestadora do serviço de refeições.
10. Está interdita a guarda e conservação de alimentos vindos de casa (bolos de aniversário, entre outros) nos equipamentos de refrigeração da cozinha, pelo que qualquer situação que ocorra, a empresa prestadora do serviço de refeições e a Câmara Municipal de Odivelas, declinam qualquer responsabilidade.

XI

(Das Ementas)

1. As ementas das refeições escolares são elaboradas por uma NUTRICIONISTA, da Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com as orientações sobre ementas e refeitórios escolares que constam da Circular n.º3/DSEEAS/DGE/2013 da Direção Geral de Educação.
2. As ementas são afixadas nos diferentes estabelecimento de educação e ensino, em local visível a toda a comunidade educativa, podendo ainda ser consultadas no site oficial da Câmara Municipal de Odivelas - www.cm-odivelas.pt.
3. As ementas são semanais (com repetição da mesma ementa após 6 semanas), não podendo ser alteradas sem prévio consentimento da Câmara Municipal de Odivelas, salvo em situações excecionais, e por motivos não imputáveis à entidade adjudicante.
4. A composição das ementas das refeições escolares é variável, de acordo com o tipo de refeição a ser servida:
 - a. A refeição do Pequeno-almoço inclui: **sandes** (fiambre de aves, ou queijo, ou manteiga ou doce); e **leite** simples ou achocolatado em pacote tipo tetra pack, ou **iogurte** de aromas líquido;



- b. A refeição do Almoço inclui: sopa de legumes ou leguminosas; **prato** de carne, ou peixe, ou ovos; acompanhamento (batata, ou arroz, ou massa, ou leguminosas); legumes/hortaliças ou salada; **pão**; **sobremesa** (doce ou fruta ao natural ou iogurte); **água** (única bebida permitida).
 - c. A refeição do Lanche inclui: **sandes** (fiambre de aves, ou queijo, ou manteiga, ou doce) ou uma dose individual de bolacha Maria/torrada; **leite** simples em pacote tipo tetra pack, ou **iogurte** líquido de aromas, ou iogurte de aromas sólido, ou uma **peça** de **fruta** ou **néctar** de frutas em pacote tetra pack (este último, uma vez por semana).
5. Excecionalmente, e em dias de passeio ou visitas de estudo, poderá ser fornecida a refeição tipo picnic (almoço e/ou lanche), desde que a situação seja devidamente articulada entre o órgão de gestão do estabelecimento de ensino e a empresa que fornece as refeições, com uma antecedência mínima de 8 dias.
6. A composição das ementas tipo picnic é a seguinte:
- a. **Almoço** - uma sandes de pão de mistura (70g) com bife de frango frito, ou uma sandes de pão de mistura (70g) com filete de pescada (sem ovo) para as dietas sem carne; uma peça de fruta da época inteira; um sumo tipo néctar em tetra pack, com palhinha; uma água engarrafada (330ml); uma madalena embalada, ou uma dose individual de bolachas Maria, ou bolacha Torrada ou Tostada;
 - b. **Lanche** - uma sandes de pão de mistura (45g) com queijo; uma peça de fruta da época inteira; uma água engarrafada (330ml).

XII

(Das Dietas Personalizadas)

1. Por motivos de saúde e/ou de origem étnico religioso, as refeições fornecidas nos refeitórios escolares poderão ter uma ementa diferenciada, elaborada a partir de alimentos permitidos e tolerados pelas crianças/alunos, e ajustada às suas necessidades específicas.
2. Para o efeito do exposto no número anterior, o encarregado de educação do aluno deverá preencher a ficha de sinalização, e anexar a declaração médica atual (por motivo de saúde), ou declaração de compromisso do encarregado de educação (por motivos étnico-religiosos). A ficha de sinalização encontra-se disponível no estabelecimento de ensino, devendo ser preenchida em duplicado (ficando o original no refeitório e o duplicado será enviado para a Câmara Municipal de Odivelas/Divisão de Educação).
3. Relativamente ao fornecimento dos géneros alimentícios, com caraterísticas específicas, como por exemplo, os alimentos sem lactose (leite ou iogurtes sem lactose), os produtos alimentícios sem glúten (pão sem glúten, massas sem glúten, bolachas sem glúten), ou o



fornecimento de carne “*Hala*”, estes serão substituídos por outros alimentos, no âmbito do Caderno de Encargos que enquadra a prestação do serviço de refeições em refeitórios escolares.

4. Apenas nas situações consideradas nos pontos 1 e 2, e caso os encarregados de educação assim o entendam, a refeição poderá ser enviada de casa para ser consumida na escola.
5. Ressalva-se que a refeição confeccionada em casa, considerada no ponto anterior, terá de ser acondicionada em termos isotérmicos, que garantam a segurança e a integridade dos alimentos, estando expressamente interdita a utilização dos equipamentos de conservação e aquecimento existentes no refeitório escolar.
6. Dado que o refeitório escolar é um espaço comum a todos os alunos, esta refeição “caseira”, poderá ser tomada nesse espaço, no horário em vigor do estabelecimento de ensino para realização do pequeno-almoço, almoço ou lanche.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

XII

(Das Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas.



ANEXO III

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

I

(Disposição Introdutória)

1. A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.
2. As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), na vertente prolongamento de horário, traduzem-se na oferta de atividades de animação e acompanhamento das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, antes e depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.
3. As AAAF são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias, de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.
4. Ao longo do tempo, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO), tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos existentes na comunidade.

II

(Do Objeto)

As presentes normas regulam as condições de acesso, bem como o modelo de funcionamento das AAAF, nos estabelecimentos de educação pré-escolar.



III

(Dos Objetivos)

Com as AAAF pretende-se:

1. Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente, garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica, complementares das atividades educativas.
2. Assegurar o acompanhamento das crianças, antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

IV

(Dos Destinatários)

São destinatários do serviço das AAAF as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas.

CAPÍTULO II

Implementação, Organização e Funcionamento

V

(Da Implementação)

1. A Câmara Municipal de Odivelas constitui-se como entidade promotora do Programa das AAAF, nos termos estabelecidos no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.
2. A planificação das AAAF é da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas.
3. Para implementação das AAAF, podem constituir-se como entidades gestoras do Programa, os Agrupamentos de Escolas, as Associações de Pais e Encarregados de Educação, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.
4. Nas situações em que os Agrupamentos de Escolas não se assumam como entidades gestoras, constituem-se obrigatoriamente como entidade parceira das entidades gestoras por si selecionadas.
5. As entidades gestoras poderão prestar diretamente o serviço de AAAF ou estabelecer parcerias com entidades terceiras, para esse fim.



6. As entidades gestoras responsabilizam-se, entre outros, pela implementação e desenvolvimento das AAAF, tendo em conta as necessidades das crianças e das famílias e a capacidade dos espaços escolares, em devida articulação com os órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas.
7. A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora do programa, comparticipa financeiramente a frequência das AAAF, leva a cabo o controlo financeiro da sua execução, e assume a monitorização e avaliação do Programa, em estreita colaboração com todos os parceiros envolvidos.
8. O pagamento relativo ao desenvolvimento do Programa das AAAF, apenas será considerado, após assinatura pelas partes, do Acordo de Colaboração Bipartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Agrupamento de Escolas) ou Tripartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Gestora).

VI

(Da Organização e funcionamento)

1. A oferta das AAAF é de natureza obrigatória pelos estabelecimentos de educação Pré-escolar, mas de frequência facultativa por parte das crianças.
2. As AAAF funcionam num período máximo de 11 meses por ano, entre setembro e julho.
3. Sem prejuízo da normal duração das atividades educativas na educação pré-escolar, as AAAF desenvolvem-se, obrigatoriamente, até às 17h30, podendo a oferta de atividades ser extensível ao período que antecede e precede a realização das atividades educativas no jardim-de-infância.
4. A oferta das AAAF poderá organizar-se durante os períodos de atividades educativas, entre as 7h00/ 9h00 e as 15h30/ 19h30, e nas interrupções dessas atividades, entre as 7h00 e as 19h30.
5. Em caso de necessidade das crianças e das famílias, poderá haver adequação do horário estabelecido no ponto anterior.
6. O horário de funcionamento das AAAF deverá ser comunicado aos encarregados de educação no momento da matrícula ou de renovação da matrícula, devendo ainda ser confirmado no início das atividades educativas.



7. O refeitório escolar encontra-se em funcionamento durante o período da oferta de AAAF, havendo, neste caso, lugar à comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas.
8. A planificação das AAAF deverá ter por base as presentes Normas, ter em conta as necessidades das crianças e das famílias, e estar articulada com o Plano Anual de Atividades e com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas.
9. As AAAF são planificadas tendo em conta os recursos físicos existentes nos diferentes estabelecimentos de educação e ensino, e decorrem, preferencialmente, em espaços concebidos para estas atividades, sem prejuízo do recurso a outros espaços escolares.
10. As AAAF deverão funcionar com grupos mínimos de 15 crianças, e com grupos máximos de 25 crianças.
11. A abertura, o fecho, a limpeza das instalações e a vigilância dos recreios, são da responsabilidade da entidade gestora das AAAF, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, quando estes não se apresentem como entidade gestora.
12. A entidade gestora ficará obrigada à correta utilização dos espaços escolares onde funcionem as AAAF, sendo responsável por garantir as condições de higiene e manutenção dos mesmos, assumindo a reposição ou reparação de qualquer material ou equipamento que se danifique, sempre que tal ocorra no decurso das atividades.
13. Compete à entidade gestora disponibilizar o material didático e de desgaste rápido, necessário à viabilização das atividades a desenvolver no âmbito das AAAF.
14. Compete aos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das atividades de animação de apoio à família, tendo em vista garantir a qualidade pedagógica das atividades desenvolvidas.
15. A supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AAAF compreendem a programação das atividades, o acompanhamento das atividades através de reuniões com os respetivos dinamizadores, a avaliação da sua realização, e as reuniões com os encarregados de educação.
16. A monitorização e avaliação do Programa das AAAF são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas, em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas, e com as entidades gestoras.



CAPÍTULO III

Escalões de Apoio, Comparticipações e Inscrições

VII

(Dos Escalões de Apoio)

1. Os escalões de apoio são definidos de acordo com o posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família:
 - a. Escalão A – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 1.º escalão para efeitos de abono de família;
 - b. Escalão B – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de abono de família;
 - c. Escalão C – Crianças cujos agregados familiares se integrem nos restantes escalões para efeitos de atribuição de abono de família.
2. Para efeitos de atribuição do escalão de apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), bem como a outros alunos que, de acordo com a legislação própria, possam vir a estar incluídos, será considerado o posicionamento do agregado familiar no escalão de rendimento mais favorável.
3. Em caso de dúvida sobre o posicionamento dos agregados familiares nos escalões de rendimentos, cabe ao Agrupamento de Escolas desenvolver as diligências necessárias ao apuramento da condição socioeconómica das famílias, bem como prevenir e corrigir situações de usufruto indevido.
4. Os casos excecionais, e não previstos nestas Normas, deverão ser analisados individualmente no Agrupamento de Escolas, por referência ao enquadramento normativo em vigor, sujeitos a validação por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas.

VIII

(Da Comparticipação Financeira)

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa o custo da mensalidade das AAAP na educação pré-escolar, a todas as crianças que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho, sendo os montantes correspondentes, transferidos para as entidades gestoras do Programa.
2. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa a diferença entre o valor máximo de referência mensal que é de € 75,00 por criança, estabelecido pela Câmara Municipal para o custo do serviço, e o valor a pagar pelas crianças em função dos 3 escalões de apoio, definidos em



função do posicionamento do agregado familiar para efeitos de atribuição do abono de família.

3. Comparticipação da família (por criança):
 - a. Escalão A – comparticipação de 0% do valor máximo de referência;
 - b. Escalão B – comparticipação de 35% do valor máximo de referência;
 - c. Escalão C – comparticipação de 75% do valor máximo de referência.
4. Comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas (por criança):
 - a. Escalão A: comparticipação de 100% do valor máximo de referência;
 - b. Escalão B: comparticipação de 65% do valor máximo de referência;
 - c. Escalão C: comparticipação de 25% do valor máximo de referência.
5. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à transferência das verbas para as entidades gestoras, em três tranches, respetivamente em agosto, dezembro e março, tendo por base, a estimativa do número de crianças inscritas nas AAAF e o seu posicionamento nos respetivos escalões de apoio.
6. Sempre que o custo do serviço exceda o valor máximo de referência, definido pela Câmara Municipal de Odivelas, a diferença será integralmente suportada pelas famílias.
7. A entidade gestora efetuará a entrega da listagem das crianças inscritas, com os comprovativos dos valores da comparticipação aos encarregados de educação nas AAAF, até ao final dos meses de janeiro, abril e agosto, a fim de se proceder a eventuais acertos e transferências subsequentes.
8. A entidade gestora deverá arquivar, em processo próprio, toda a documentação respeitante às AAAF, nomeadamente, comprovativos de frequência das crianças, posicionamento das crianças por escalões de apoio, dos pagamentos das famílias, e das respetivas comparticipações.

IX

(Das Inscrições)

1. A Câmara Municipal de Odivelas disponibilizará os formulários de candidatura a todos os agrupamentos de escolas, a partir da data oficial de início das matrículas nos estabelecimentos de educação e ensino.
2. Os formulários de candidatura encontram-se igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em www.cm-odivelas.pt.



3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar de forma atempada, a divulgação das condições de inscrição aos potenciais interessados, bem como, o resultado do processo de candidatura.
4. Os encarregados de educação que estejam interessados que os seus educandos na frequentem as AAAF, deverão formalizar a sua inscrição, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, que deverão ser solicitados nos Serviços de Ação Social Escolar (SASE), dos Agrupamentos de Escolas ou nos Estabelecimentos de Educação que frequentam, a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar das crianças, nomeadamente o posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para a atribuição do abono de família.
5. Os formulários de candidatura acompanhados dos respetivos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos) constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, do Agrupamento de Escolas.
6. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os Agrupamentos de Escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (através do e-mail: geral@cm-odivelas.pt), o formulário específico de apoio, devidamente preenchido, durante o mês de setembro.
7. A inscrição das crianças nas AAAF poderá ser solicitada no decorrer do ano letivo, sendo para tal obrigatório, que os encarregados de educação procedam à sua inscrição de acordo com as presentes normas.
8. Nas situações previstas no número anterior, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar, para efeitos de pagamento, a data a partir do dia em que a criança inicia a frequência das AAAF, e informar de imediato, a Câmara Municipal de Odivelas.
9. Nos casos de mudança do escalão de apoio, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar o mês da emissão do respetivo comprovativo da situação socioeconómica do agregado familiar, e comunicar as alterações de escalão à Câmara Municipal de Odivelas.



CAPÍTULO IV

Disposições Finais

X

(Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas.



ANEXO IV

NORMAS DOS TRANSPORTES ESCOLARES

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

I

(Disposição Introdutória)

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto, é competência das autarquias locais, a oferta do serviço de transporte escolar aos alunos do ensino básico, secundário e profissional, desde que residam a 3 Km ou 4 Km, respetivamente sem ou com refeitório.

Com a publicação da Portaria nº 268-A/2012, de 31 de agosto, foi regulamentado que são abrangidos pelo passe 4_18@escola.tp os alunos do escalão A e B da Ação Social Escolar, que não se encontrem abrangidos pelo serviço de transporte escolar previsto no Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de setembro.

Acontece que nos termos do nº 3, do artigo 5º, da referida Portaria, os alunos do escalão A beneficiam de uma redução de 60% do valor do título de transporte, enquanto os do escalão B apenas usufruem de 25% de redução. Ora entende a Câmara Municipal de Odivelas, que por questões de equidade social, deverá haver uma diferenciação positiva no apoio aos alunos do ensino secundário e profissional, pertencentes ao escalão B, desde que residam a 3km ou 4 km, respetivamente sem ou com refeitório.

Nesse sentido, é objetivo da Câmara Municipal de Odivelas, com a criação das presentes Normas, definir e clarificar procedimentos no âmbito da organização dos processos de candidatura ao transporte escolar, nomeadamente no que diz respeito aos apoios definidos pela legislação em vigor, bem como os apoios concedidos por opção do Município.

II

(Do Âmbito do Serviço de Transporte Escolar)

É da competência da Câmara Municipal de Odivelas a oferta de um serviço de transporte escolar entre o local de residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino básico, secundário ou profissional que os alunos frequentam, quando residam a mais de 3km ou 4km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente, sem ou com refeitório.



CAPÍTULO II

Modalidades de Apoio

III

(De acordo com legislação em vigor)

1. Comparticipação da totalidade do valor do passe escolar - 100%

- a. Alunos do ensino básico, menores de 18 anos, sujeitos à escolaridade obrigatória, que residam a mais de 3km ou 4Km do estabelecimento de ensino mais próximo (sem ou com refeitório, respetivamente).
- b. Alunos com necessidades educativas especiais, de carácter permanente, com currículo específico individual organizado nos termos da alínea e) do n.º 2, do art.º 16.º do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e do Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto que frequentem o ensino básico e secundário.
- c. O apoio referido na alínea anterior é complementado com o serviço municipal de transporte especial, destinado aos alunos que pelo seu grau de deficiência, não possam utilizar os transportes regulares.

IV

(Por opção do Município de Odivelas)

1. Comparticipação da totalidade do valor do passe escolar - 100%

- a. Alunos do ensino básico, menores de 18 anos, sujeitos à escolaridade obrigatória, desde que residam a mais de 2 Km de distância do estabelecimento de ensino que frequentam, e beneficiem de Ação Social Escolar (A.S.E.);
- b. Os alunos que se incluam nos casos previstos no ponto 1, alínea a), e que frequentem ofertas formativas que integrem formação em contexto de trabalho, beneficiarão de apoio em transporte desde o local de residência até ao local de realização do estágio, desde que o mesmo faça parte do Plano Curricular de Curso.
- c. As comparticipações referidas nas alíneas anteriores abrangem os alunos que durante o ano letivo completem 18 (dezoito) anos.

2. Comparticipação da Valor do passe escolar - 50%

Alunos menores que frequentem o ensino secundário ou profissional, que residam a mais de 3km ou 4Km do estabelecimento de ensino mais próximo (sem ou com refeitório, respetivamente), desde que beneficiem do escalão B de Ação Social Escolar.



3. Outros Apoios

Crianças que frequentem estabelecimentos de educação pré-escolar e alunos menores a frequentarem o ensino básico, cujo percurso casa-escola não seja acessível a pé, e que não permita a utilização de transportes públicos coletivos para este efeito.

V

(Da Exceção)

Excetua-se do disposto nos artigos anteriores, as situações em que o estabelecimento de ensino pretendido pelo encarregado de educação ou pelo aluno não seja aquele que serve a respetiva área de residência e, neste também haja a oferta formativa pretendida, assumindo a expensas próprias o encarregado de educação ou o aluno, os encargos com os custos de transporte que daí possam resultar.

CAPÍTULO III

Escolas Dentro do Concelho

VI

(Dos Procedimentos)

1. Para os estabelecimentos de ensino básico, secundário ou profissional, situados dentro do concelho, os processos de candidatura, deverão ser instruídos pelos mesmos, de acordo com os seguintes procedimentos:
 - a. A Câmara Municipal de Odivelas enviará a todos os estabelecimentos de ensino, em formato digital, os boletins de candidatura aos Transportes Escolares, bem como as presentes Normas, até ao último dia útil do mês de junho de cada ano;
 - b. O estabelecimento de ensino é responsável, no ato da matrícula e/ou renovação da matrícula, pela divulgação atempada junto dos alunos, das condições de candidatura aos benefícios dos Transportes Escolares;
 - c. No caso de transferência dos alunos para estabelecimentos de ensino fora do concelho, o estabelecimento de ensino é responsável por informar os encarregados de educação que os alunos podem continuar a usufruir do apoio em Transporte Escolar, nos termos do capítulo IV, VIII e IX, das presentes Normas;
 - d. No caso de alunos que mudem de residência e, dos que não têm vaga no estabelecimento de ensino mais próximo da área de residência, é obrigatório a junção de comprovativo de residência e declaração de não vaga, ao Boletim de Candidatura;



- e. O estabelecimento de ensino deverá prestar todas as informações aos candidatos e encarregados de educação, confirmar as informações constantes dos boletim e declarações, anexar obrigatoriamente cópia do comprovativo da Segurança Social em como os alunos são abrangidos pelo A.S.E, bem como informar os candidatos sobre o resultado do processo de candidatura;
- f. Posteriormente, os boletins de candidatura serão enviados para a Câmara Municipal de Odivelas, através do órgão de administração e gestão do estabelecimento de ensino, dentro dos prazos definidos nas presentes Normas;
- g. A Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com os critérios estabelecidos nas modalidades de apoio, avaliará as candidaturas e dará conhecimento da decisão final, aos estabelecimentos de ensino;
- h. Os estabelecimentos de ensino, ao longo do ano letivo, e após receção da listagem dos alunos em que conste autorização da Câmara Municipal de Odivelas para atribuição do apoio em transporte escolar, procederão ao carregamento dos passes escolares através do Portal Viva ou providenciarão a emissão da requisição para carregamento de passe à transportadora local;
- i. Os carregamentos ou requisições para carregamento do passe por parte dos estabelecimentos de ensino serão efetuadas de setembro a junho, podendo ser extensível até julho, no caso de estágios curriculares;
- j. Os estabelecimentos de ensino, enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, até ao último dia útil de cada mês, a listagem devidamente assinada pelos alunos ou pelos encarregados de educação, assim como, o mapa de requisição e devolução das requisições para o carregamento do passe;
- k. Os estabelecimentos de ensino não estão autorizados a efetuar o carregamento ou entrega da requisição para carregamento do passe aos alunos, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Odivelas, sob pena de ficar à sua inteira responsabilidade o custo inerente a essas situações;
- l. Só serão passadas requisições para carregamento do passe, caso o carregamento não seja de todo possível ser efetuado através do Portal Viva.



VII

(Dos Prazos de receção dos processos de candidatura)

1. Os boletins de transporte escolar deverão dar entrada nos serviços da Câmara Municipal de Odivelas, obrigatoriamente, até ao último dia útil do mês de setembro para os alunos do ensino básico, e até ao último dia útil do mês de outubro para os alunos do ensino secundário, sob pena dos pedidos serem indeferidos. A partir destas datas só serão analisadas candidaturas de alunos transferidos compulsivamente para outros estabelecimentos de ensino, alunos que mudem de residência dentro do concelho, e alunos que passem a beneficiar de ASE no decorrer do mesmo ano letivo.
2. Os boletins de transporte escolar são, obrigatoriamente, preenchidos e instruídos com o comprovativo de morada da residência do aluno e o comprovativo do A.S.E., ficando os serviços competentes do estabelecimento de ensino, responsáveis pela confirmação das informações prestadas, bem como, pelo cumprimento dos prazos referidos.
3. Os boletins de transporte escolar, incorretamente ou insuficientemente preenchidos, serão devolvidos à escola para suprimento das falhas e posterior envio à Câmara Municipal de Odivelas, no prazo máximo de 10 dias úteis após a devolução, sob pena de serem indeferidos.

CAPÍTULO IV

Escolas Fora do Concelho

VIII

(Dos Procedimentos)

1. Para os alunos que frequentam estabelecimentos de ensino localizados fora do Concelho de Odivelas, os processos de candidatura deverão ser instruídos pelas Junta de Freguesia da área de residência dos alunos, de acordo com os seguintes procedimentos:
 - a. A Câmara Municipal de Odivelas enviará às Juntas de Freguesia os boletins de candidatura aos transportes escolares, bem como as presentes Normas, até ao último dia útil do mês de junho, de cada ano;
 - b. Será da responsabilidade das Juntas de Freguesia:
 - i. A divulgação atempada dos requisitos necessários para os alunos poderem beneficiar do apoio em Transportes Escolares;
 - ii. Informar os candidatos e/ou os encarregados de educação sobre o resultado do pedido efetuado;



- iii. Informar os candidatos e/ou os encarregados de educação dos prazos de pagamento do apoio;
 - iv. Informar os candidatos e/ou os encarregados de educação, dos documentos que estão obrigados a apresentar para efeitos de instrução de processo de candidatura, e para que os pagamentos possam ser levados a cabo.
- c. Os Boletins, devidamente preenchidos pelos encarregados de educação e/ou pelos alunos, confirmados pelo estabelecimento de ensino e pela Junta de Freguesia, serão enviados para a Câmara Municipal de Odivelas, dentro dos prazos definidos nas presentes Normas;
- d. A Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com os critérios estabelecidos nas modalidades de apoio, analisará as candidaturas e procederá à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, relativas às candidaturas que forem deferidas;
- e. A transferência de verbas para as Juntas de Freguesia será efetuada, no período letivo seguinte ao que diz respeito;
- f. As Juntas de Freguesia deverão proceder ao pagamento das verbas, aos alunos ou aos encarregados de educação, no prazo de um mês, após a transferência das verbas por parte da Câmara Municipal de Odivelas;
- g. No ato do pagamento das verbas, os alunos ou os encarregados de educação, deverão, obrigatoriamente, apresentar os documentos abaixo mencionados, sob pena do não pagamento dos valores dos meses em falta:
- i. Recibo comprovativo do carregamento do título de transporte;
 - ii. Declaração de frequência escolar referente aos meses correspondentes à verba que vão receber;
- h. As Juntas de Freguesia, até ao último dia útil do mês de outubro de cada ano, deverão enviar um ofício à Câmara Municipal de Odivelas, onde conste o valor total pago aos alunos e respetivos comprovativos de pagamento, com o objetivo de se proceder ao acerto de contas no final do ano.

IX

(Dos Prazos de receção dos processos de candidatura)

1. Os boletins de transporte escolar deverão dar entrada na Câmara Municipal de Odivelas, obrigatoriamente, até ao último dia útil do mês de setembro para os alunos do ensino básico, e até ao último dia útil do mês de outubro para os alunos do ensino secundário, sob pena de



serem indeferidos; a partir destas datas, só serão analisadas candidaturas de alunos transferidos compulsivamente para outros estabelecimentos de ensino, alunos que mudem de residência dentro do concelho, alunos que frequentem ofertas formativas específicas para o ensino básico, e alunos que passem a beneficiar de ASE no decorrer do ano letivo.

2. Os boletins de transporte escolar são, obrigatoriamente, preenchidos e instruídos com o comprovativo da residência do aluno, e o comprovativo da Segurança Social relativo ao escalão de apoio para efeitos de posicionamento para atribuição do abono de família; no caso de alunos que não têm vaga, área de estudo ou curso, no estabelecimento de ensino mais próximo da residência, é ainda obrigatório, que seja entregue uma declaração de ausência de vaga de estabelecimento de ensino ao boletim de candidatura, ficando os serviços competentes da Junta de Freguesia responsáveis pela confirmação das informações prestadas, bem como, pelo cumprimento do prazo referido.
3. Os formulários incorretamente preenchidos serão devolvidos à Junta de Freguesia para suprimimento das falhas, e posterior envio à Câmara Municipal de Odivelas, no prazo máximo de 10 dias úteis após a devolução, sob pena de serem indeferidos.

CAPÍTULO V

Análise, Seleção e Reavaliação dos Processos de Candidatura

X

(Dos Procedimentos da Empresa Transportadora)

A empresa transportadora, aquando do envio das faturas à Câmara Municipal de Odivelas, juntará cópia das requisições correspondentes (caso existam) e discriminará o tipo de passe, o valor, a quantidade, e os estabelecimentos de ensino a quem foram fornecidas.

XI

(Da Análise e Seleção de Candidaturas)

1. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à análise e confirmação dos processos, prestando, em tempo útil, a competente informação aos estabelecimentos de ensino e às Juntas de Freguesia.
2. O apoio em Transportes Escolares, definido no âmbito das presentes Normas, não poderá ser acumulado com outros apoios em transporte.



XII

(Da Reavaliação dos Processos de Candidatura)

1. Os pedidos de reavaliação dos processos de candidatura que tenham sido indeferidos, e efetuados quer por parte dos estabelecimentos de ensino quer por parte dos alunos/encarregados de educação, deverão ser levados a cabo no prazo máximo de 60 dias a contar da data de envio da primeira decisão ao estabelecimento de ensino ou à Junta de Freguesia, da não atribuição do apoio por parte da Câmara Municipal de Odivelas.
2. Estes pedidos de reavaliação de processos, deverão ser acompanhados da competente fundamentação e/ou documentação de apoio à tomada de decisão.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais e Transitórias

XIII

(Das Situações Omissas)

1. A evocação do desconhecimento das presentes Normas, não será considerada justificação aceitável, para o incumprimento das obrigações nelas constantes.
2. Situações excecionais, e/ou omissas nas presentes Normas, deverão ser apresentadas e devidamente justificadas pelos alunos/encarregados de educação, pelo estabelecimento de ensino, ou pela Junta de Freguesia, em requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, cabendo à Vereação com o Pelouro da Educação, após a devida análise técnica, decidir caso a caso.

XIV

(Das Falsas Declarações)

As falsas declarações implicarão a cessação imediata do apoio atribuído, bem como o reembolso à Câmara Municipal de Odivelas, do montante correspondente à participação indevidamente recebida, por parte do aluno.